

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Faculdade de Filosofia

Departamento de Graduação

**Consciência histórica enquanto fundamento para o resgate da identidade cultural
moçambicana em Severino Elias Ngoenha**

(Licenciatura em Filosofia)

Maputo

Outubro de 2025

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Faculdade de Filosofia

Departamento de Graduação

William Manuel

**Consciência histórica enquanto fundamento para o resgate da identidade cultural
moçambicana em Severino Elias Ngoenha**

(Licenciatura em Filosofia)

Monografia científica apresentada à Faculdade de
Filosofia da Universidade Eduardo Mondlane como
requisito parcial para obtenção do grau académico de
Licenciado em Filosofia

Supervisor: *Mestre* Ergimino Pedro Mucale

Maputo

Outubro de 2025

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, William Manuel, filho de Manuel Naculeka e de Consolata Raimundo, portador do B.I. n° 0209023381272C, emitido pela Direcção de Identificação Civil da Cidade de Maputo, declaro, sob minha honra, que este trabalho de monografia com o tema “*Consciência histórica enquanto fundamento para o resgate da identidade cultural moçambicana em Severino Elias Ngoenha*” é da minha inteira autoria, resultado da minha dedicação e elaborado por mim, sob a supervisão mestre Ergimino Pedro Mucale, como requisito para a conclusão do curso de Licenciatura em Filosofia. Este trabalho, de pesquisa bibliográfica, contém as citações nos textos que constituem o seu fundamento e ainda apresenta a referência bibliográfica que se encontra ao final do trabalho. Declaro, também, que este trabalho nunca foi apresentado no contexto académico universitário para qualquer tipo de avaliação, incluindo a obtenção de qualquer grau académico. O presente trabalho é fruto de uma reflexão profunda, reunindo ideias fundamentadas a partir de pesquisas bibliográficas. Nenhuma parte deste trabalho deve ser reproduzida sem a permissão do autor e da Faculdade de Filosofia da UEM. Portanto, por ser verdade, isso está evidenciado pela assinatura do autor no trabalho.

O estudante

(William Manuel)

Maputo, Outubro de 2025

Aos meus pais, Manuel Naculeka e Consolata Raimundo;
Aos meus filhos, Afonso William, Inocência William e Consolata William.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, que me concede o dom da vida e me guiou durante toda a caminhada académica. Agradeço aos meus pais, pelo apoio incondicional ao longo desta jornada; ao meu irmão Monteiro, pela fé depositada em mim e pelo suporte nos momentos mais difíceis. Agradeço ao meu tio Francisco Kulmuka.

Agradeço às duas mulheres incríveis, Dorteia Fidelix Anangangola e Luciana Severino Chapelo, pela coragem, amizade e confiança demonstradas durante o percurso académico. Ao meu supervisor, Mestre Ergimino Pedro Mucale, agradeço pela dedicação, orientação e tempo dispensado. Sem o seu apoio, este trabalho teria sido difícil de concretizar. Expresso a minha gratidão a todos os docentes da FAF, desde os serviços de secretaria até aos sectores do registo académico e finanças.

Agradeço aos colegas da FAF, especialmente das turmas pós-laboral e laboral de 2020, pelos laços de irmandade e apoio partilhados, que ficarão para sempre na minha memória. O comportamento intercultural vivido é uma marca inapagável desta trajetória. Aos meus amigos, em especial Mateus Upide, Ibraimo Abubacar, Daniel Machava, Ercínio Tembe, Requel, Recefina, Sadique, Aniva Tomás e Istai Fiosse. Não posso esquecer o meu amigo já falecido, Mbeve onde quer que estejas, um forte abraço. Tenho fé de que continuaremos unidos, dentro ou fora da academia, pois somos o orgulho da terra do Índico.

A grandeza de uma nação está no orgulho dos seus membros; no orgulho de se ser aquilo que se é; na vontade firme e decidida de fazer algo pelo bem comum. Isto implica muitos sacrifícios e muitas renúncias (NGOENHA, 1992: 76).

RESUMO

A presente monografia científica tem como título *Consciência histórica enquanto fundamento para o resgate da identidade cultural moçambicana em Severino Elias Ngoenha*. A monografia reflecte sobre o papel de consciência histórica no resgate da identidade cultural. Monografia científica conceitua que o colonialismo, o neocolonialismo, a globalização e a dominação epistemológica ocidental contribuíram para uma crise de identidade cultural em Moçambique, negando aos africanos a sua historicidade e cultura. Esse cenário produziu um processo de alienação que persiste até actualidade. Esse trabalho, Procura-se analisar de que forma a proposta filosófica de Severino Elias Ngoenha pode oferecer alternativas concretas para o resgate da identidade cultural, tendo em conta que defende a tomada de consciência histórica no âmbito político e histórico, e não no âmbito sociológico ou antropológico. Ngoenha sustenta que cada povo possui a sua própria história e tradição, e que a consciência histórica permite restaurar os valores, os hábitos e os costumes que compõem a identidade cultural. Essa abordagem possibilita a ruptura com estruturas coloniais e neocoloniais que ainda influenciam a realidade política, social e cultural do país. A identidade cultural moçambicana manifesta-se pela tomada de consciência histórica e constitui um elemento fundamental na promoção da intercultura, no contexto em que a cultura se torna referência para a reflexão sobre questões políticas, históricas, filosóficas e interdisciplinares. A proposta de Ngoenha inclui a construção de um Estado federalista participativo, baseado no respeito entre culturas, na igualdade, na justiça e na liberdade de expressão como possibilidade de superação da crise identitária. A pesquisa utilizou como método a revisão bibliográfica, sustentada pela hermenêutica e pela análise comparativa textual. A estrutura do trabalho está organizada em três capítulos.

Palavras-chave: consciência histórica, identidade cultural, intercultura, renascimento e triplo contrato.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO DO PENSAMENTO DE SEVERINO NGOENHA	12
1. Ascendência do filósofo Ngoenha na jornada académica	12
2. Concepção de identidade cultural.....	13
3. Identidade Cultural no processo de tomada de consciência	19
CAPÍTULO II: A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E O FUTURO	23
1. Problema da crise de consciência histórica em Moçambique	23
2. A consciência histórica e a cultura moçambicana	30
3. A concepção reducionista da história africana	33
CAPÍTULO III: CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E IDENTIDADE CULTURAL MOÇAMBICANA	39
1. Renascimento da identidade cultural moçambicana.....	39
2. A importância da tomada de consciência histórica na promoção da interculturalidade em Moçambique	43
3. Reflexão e elaboração de estratégias de governança em Moçambique.....	45
CONCLUSÃO	49
BIBLIOGRAFIA	52

INTRODUÇÃO

Esta monografia científica tem como título: *Consciência histórica enquanto fundamento para o resgate da identidade cultural moçambicana em Severino Elias Ngoenha*. Durante o período colonial, os africanos foram desprovidos de sua história classificados como povos “sem história” ou como “selvagens” à margem da civilização ocidental. Essa negação da história africana produziu um processo de alienação que persiste até actualidade, agora reforçado pela globalização, pelas dinâmicas neoliberais e pelas estruturas educativas e políticas, ainda marcadas por epistemologias eurocêntricas. De que forma a proposta filosófica de Severino Elias Ngoenha pode oferecer alternativas concretas para o resgate de identidade cultural, tendo em conta que defende a tomada de consciência histórica no âmbito político e histórico, não no âmbito sociológico nem antropológico nem interdisciplinares.

A escolha deste tema justifica-se pela necessidade de compreender a crise da consciência histórica e identidade cultural em Moçambique, não é apenas uma consequência do passado colonial, mas também resultado de um presente marcado por formas subtis de exclusão e alienação cultural, alimentadas pelo globalismo neoliberal, pelas instituições internacionais e por um modelo de desenvolvimento dissociado da realidade local. A identidade cultural moçambicana tem sido frequentemente reduzida a padrões uniformizantes e externos, distantes da vivência e das aspirações dos próprios sujeitos moçambicanos.

Face ao problema de investigação enunciado, o trabalho orienta-se pelas seguintes questões: Em que contexto emerge o pensamento de Severino Ngoenha? Qual é a concepção de Ngoenha em torno da consciência histórica? Em que medida a consciência histórica contribui para o resgate da identidade cultural moçambicana?

Este trabalho tem como objectivo geral: reflectir em torno da consciência histórica no resgate da identidade cultural moçambicana a partir da contribuição de Severino Elias Ngoenha. E os objetivos específicos são: I) analisar o contexto de emergência do pensamento de Severino Ngoenha; II) interpretar a noção de consciência histórica em Ngoenha, e III) debater a consciência histórica e o percurso para o resgate da identidade cultural moçambicana.

O quadro teórico desta pesquisa baseou-se na obra de Ngoenha, inspirando-se nas seguintes ideias: “consciência histórica” e “identidade cultural”. Em *Por uma dimensão moçambicana da consciência histórica*, sua primeira obra, Ngoenha defende a capacidade de os moçambicanos de ter conhecimento sobre, a sua própria realidade histórica e identidade cultural, a consciência

deve ser viva para construir a identidade cultural, propondo que o povo moçambicano assumira a sua história como sujeito, e não como objecto da narrativa ocidental. Na sua segunda obra, *duas interpretações filosóficas da história do século XVII Vico e Voltaire*, o autor analisa o significado do sentido da história e a sua direcção, considerando que a história não é universal, como afirmavam Voltaire e Vico. Ngoenha sublinha que cada povo tem a sua tradição e o seu modo de ser, pelo que não pode haver uma história única que represente todos. Portanto procuramos entender o sentido da história numa perspectiva da filosofia da história.

Na obra *Os Tempos da Filosofia e democracia em Moçambique*, Ngoenha propõe “triplo contrato” como alternativa. Este conceito reflecte-se sintetizando que os projectos moçambicanos devem surgir da realidade cultural, não pelas organizações como Banco Mundial (BM), organizações não governamentais (ONGs) e Fundo Monetário Internacional (FMI). A outra ideia central é a de intercultura, inspirando-se na obra de Ngoenha intitulada: *cultura política e intercultura: alternativa à governação biopolítica*, na qual a compreende como alternativa à governação biopolítica e como reconhecimento da diversidade cultural na democracia moçambicana. Procuraremos entender a essência da democracia, da política e intercultura em moçambique.

A crise de consciência histórica consiste na incapacidade dos moçambicanos de reconhecerem e valorizarem a sua própria história, cultura e identidade. Ngoenha convida a uma descolonização do pensamento, desafiando os paradigmas impostos pelas metanarrativas europeias e para uma filosofia crítica, comprometida com a justiça social, a liberdade e a dignidade do povo moçambicano. Neste contexto, a consciência histórica não é apenas um conceito filosófico abstrato, mas uma ferramenta concreta para a libertação cultural e a afirmação de um projecto nacional enraizado na realidade local.,

Um povo moçambicano só pode reconstruir a sua identidade cultural se tiver consciência crítica da sua história, isto é, reconhecer como sujeito da sua história. Hans-Georg Gadamer constata que a *consciência histórica* é sempre mediada por tradição e *preconceitos* históricos; a compreensão do presente exige diálogo com o passado. Mas não aborda os desafios concretos de sociedades pós-coloniais. Cheikh Anta Diop Sustenta que a *Consciência histórica* é a capacidade de um povo africano resgatar o passado, reconhecer civilizações africanas egipto, emancipação cultural e consciência histórica comum. Embora recupere o passado africano, mas não desenvolve suficientemente uma perspectiva política contemporânea para Moçambique.

Enquanto Filomeno Lopes entende a *consciência histórica* como memória colectiva reconstrução identitária, mas a sua análise é mais restrita ao contexto dos PALOP. Ngoenha oferece uma proposta mais inovadora, ao situar a consciência histórica no campo político e libertador, concebendo-a como instrumento de descolonização do pensamento e afirmação de um projecto nacional de federalismo participativo. Ainda assim, sua reflexão tende a privilegiar a dimensão filosófica e política, não aprofundando suficientemente os contributos que a antropologia e a sociologia poderiam oferecer para o estudo da identidade cultural.

Assim, constata-se que nenhum desses pensadores, isoladamente, conseguiram responder de forma satisfatória ao problema da crise de consciência histórica. Torna-se, portanto, necessária uma abordagem mais abrangente e interdisciplinar, que una filosofia, sociologia e antropologia, e que esteja enraizada nas condições históricas e culturais específicas de Moçambique.

Deste modo, o trabalho de pesquisa é pertinente ao nível pessoal, representa um exercício de autoafirmação identitária e intelectual e pretende contribuir para o debate sobre a construção de um Moçambique mais justo, plural e enraizado nas suas tradições. A nível social e profissional, a pesquisa mostra-se igualmente relevante, ao trazer a ideia da tomada de consciência histórica a relação identidade cultural. Pretende, assim, combater a persistência de concepções ocidentais hegemónicas que ainda influenciam o país e o continente, apontando para a necessidade de um avanço científico e académico enraizado na realidade local.

A monografia utilizou os seguintes métodos: revisão bibliográfica e análise hermenêutica de textos filosóficos. A opção pela hermenêutica justifica-se pelo carácter interpretativo da filosofia e pela necessidade de compreender os conceitos a partir do seu contexto histórico e cultural. A análise comparativa textual permite ainda evidenciar os contrastes entre o pensamento africano e as matrizes filosóficas ocidentais que historicamente negaram a legitimidade do pensamento africano.

Esta monografia organiza-se em três Títulos: o primeiro contextualiza o pensamento de Ngoenha, discutindo a sua trajectória académica e a concepção de identidade cultural; o segundo aborda a crise da consciência histórica em Moçambique e a visão reducionista da história africana; e o terceiro analisa a relação entre consciência histórica e identidade cultural moçambicana, propondo o seu renascimento a partir da interculturalidade e da elaboração de novas estratégias de governação.

CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO DO PENSAMENTO DE SEVERINO NGOENHA

Neste capítulo, será apresentada, de forma geral, a vida, a obra e a influência académica de Ngoenha. De seguida, abordar-se-á a contraposição que o autor levanta relativamente à percepção da identidade cultural. E será discutida a identidade cultural como avanço no processo de tomada de consciência, valorizando a elevação das tradições locais como princípio para o resgate da identidade na sociedade moçambicana.

1. Ascendência do filósofo Ngoenha na jornada académica

Segundo Buanissa (2018: 6), Severino Elias Ngoenha nasceu em Maputo, em 1962. Frequentou a Escola Secundária Josina Machel e ingressou no seminário Pio X, onde estudou Teologia durante dois anos. Em 1985, obteve o grau de Bacharel em Filosofia pela Universidade Urbaniana. Em 1988, concluiu a Licenciatura em Filosofia na Pontifícia Universidade Gregoriana. No ano seguinte, viajou para Paris para prosseguir os seus estudos de doutoramento sobre Vico e Voltaire, tendo obtido o grau de Doutor em 1990, na Universidade Gregoriana de Roma. Em 2020, foi-lhe atribuído o título de Catedrático de Filosofia da Interculturalidade pela Universidade Pedagógica de Maputo. Actualmente é Reitor da Universidade Técnica de Moçambique (UDM).

Ngoenha foi influenciado por vários filósofos africanos e ocidentais, Entre os ocidentais destaca-se Platão, particularmente pelo seu conceito de justiça. Também se inspirou em pensadores como Vico e Voltaire, no que concerne ao sentido da história, assim como na concepção de consciência histórica de Hans-Georg Gadamer. No contexto africano, Ngoenha destaca figuras como William Du Bois, Patrice Lumumba, Nnamdi Azikiwe, Cheikh Anta Diop, Frantz Fanon, Kwame Nkrumah e Odera Oruka, todos influenciados pelo pan-africanismo, pelo renascimento africano e pela resistência anticolonial.

Ngoenha não se limitou à etnofilosofia de Tempels e Kagame, indo além, ao inspirar-se nas ideias de Fabien Eboussi-Boulaga, autor de *A Crise do Muntu* (1970), onde “Muntu” significa “homem”. Foi pioneiro na introdução do estudo da filosofia africana em Moçambique, numa altura dominada pela filosofia marxista.

E posso dizer que eu fui a pessoa que introduziu a filosofia africana em Moçambique. Aliás, eu fiz os programas, todos os programas de filosofia em Moçambique, de filosofia, na época pós marxista. [...] e um dos temas que introduzi a filosofia africana. Então, nesse sentido, Roma permite-me de descobrir um africano (NGOENHA, *apud* BUANAISSA 2018: 8).

De acordo com Manuel (2020: 6), Ngoenha inicia a sua reflexão filosófica com o conceito de consciência histórica. Para ele, os moçambicanos devem ser sujeitos da sua própria história, pois só assim poderão compreender criticamente o futuro. O futuro do povo moçambicano depende da tomada de consciência do seu passado e do reconhecimento da sua condição de sujeito histórico.

Assim, o objectivo de Ngoenha é reafirmar a liberdade negra tanto na época da escravatura, bem como durante o colonialismo. O passado, para Ngoenha, é importante somente para compreendermos o futuro. Esse futuro deve ser segundo aquilo que o povo quer, cuja consciência de uma neocolonização permite-lhes definir os seus representantes (MANUEL, 2020: 4).

Na visão ngoenheana, o passado precisa de ser estudado para que se possa buscar justiça e liberdade, permitindo que todos participem no projecto de moçambicanidade. Moçambique deve ser autónomo, livre da dependência externa. Ser sujeito da história significa pensar o futuro a partir das próprias raízes culturais e políticas. Depende da nossa coesão e do reconhecimento de Moçambique como um país de intercultura, e os projectos elaborados devem ser baseados em profundo conhecimento das nossas diferenças.

2. Concepção de identidade cultural

Etimologicamente de acordo com Japiassu e Marconde (2001:99), o termo identidade vem do Latim “*tardio identitas, de idem*” que significa o mesmo. ¹Este conceito remonta à metafísica clássica, na procura da essência que legitima a totalidade do ser (Parménides). Assim, cada pessoa pode possuir uma identidade fixa ou múltipla seja religiosa, nacional ou cultural.

Amartya Sen (2015:40), alerta para os perigos de uma visão singular da identidade, que reduz o indivíduo a uma única dimensão, gerando exclusão e conflito. Uma identidade rica reconhece as diversas dimensões da vida de um sujeito: cultura, religião, género, profissão, entre outras. “*O mundo está em perigo quando as pessoas são vistas sob a lente de uma identidade única e diversiva, ignorando outras características igualmente relevantes.*” (idem), Sen distingue entre identidades contrastantes que geram oposição e identidades não contrastantes, que podem

¹A questão da identidade e da diferença, do mesmo e da outra, é uma das questões mais centrais da metafísica clássica em seu surgimento (Heráclito, Parmênides, Platão). Temos, por um lado, a busca de um elemento único, a essência, o ser, que explique a totalidade do real (Parmênides); por outro lado, o pluralismo de Heráclito vê o real como reino da diferença, da mudança.

coexistir pacificamente. Uma pessoa pode, simultaneamente, ser pai, profissional, cidadão, membro de uma comunidade religiosa,

Um sentimento de identidade pode ser uma fonte não só de orgulho e alegria, mas também de força e segurança. Não surpreende que a ideia de identidade seja tão amplamente admirada, desde a recomendação popular de amar o próximo até as altas teorias do capital social e da autodefinição comunitária (SEN, 2015: 21).

Segundo Sen (2015:45), existem identidades contrastantes, e não contrastantes, identidades contrastantes são aquelas que colocam uma pessoa em oposição directa a outro grupo ou indivíduo. Elas são enfatizadas quando se cria uma divisão entre elas, levando a exclusão ou ao conflito. Enquanto identidades não contrastantes, por outro lado, são aquelas que podem coexistir sem gerar oposição directa a outras, elas são expressões das múltiplas aflições de uma pessoa, reconhecendo que os indivíduos possuem várias identidades que podem ser compatíveis entre si.

Na pós-modernidade, não existem identidades imutáveis; as nossas identidades tornaram-se dinâmico e mudam diariamente. Assim, é essencial realizar uma análise crítica e reflexiva da história, para podermos recuperar os fundamentos positivos da identidade cultural. Dessa forma, é necessário recuperar a nossa identidade para funcionar como uma fonte de inspiração na criação do futuro, tendo em mente que a identidade contemporânea se fundamentava no indivíduo como ser dotado de razão e consciência, ou seja, sujeito ao individualismo.

[...], A identidades culturais aqueles aspetos das nossas identidades que surgem do nosso “pertencimentos” a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais. [...] Para aqueles os teóricos as que acreditam que as identidades modernas estão entrando em colapso, o argumento se desenvolve da seguinte forma. Um tipo diferente de mudança estrutural está a transformar as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, género, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais (HALL, 2006:8-9).

Motivo pelo qual, na pós-modernidade, a identidade passou a ser algo que se transforma, ao contrário do que viam Heráclito e Parmênides, que sustentavam que a identidade não é constante; ou seja, a identidade permanece inalterada. Na pós-modernidade, não possuímos uma única identidade; ou seja, a identidade é multifacetada.

Segundo Ngoenha (1992:28) entende a ²Identidade como unidade ou conjunto de caracteres e costumes no determinado território, ou seja, identidade não pode ser reduzida por ninguém. Não possuímos uma única identidade, mas sim identidades múltiplas, que abrangem as questões psicológicas, históricas e sociológicas dentro da nossa província, distrito, posto administrativo, e aldeia. Com isso as características todas se unem e forma uma Nação.

Na concepção Ngoenheana a identidade é algo que possui um duplo sentido, onde o indivíduo tem uma característica irreduzível na medida que os moçambicanos possuem o sistema jurídico encontrado nos bilhetes de identidade. Cada pessoa é única, enquanto ele possui um nome próprio, proveniência, data e ano de nascimento, e sexo. Por outro lado, o termo identidade significa algo unificador, onde encontramos semelhança entre ambos, enquanto há elevação de valores, e semelhança histórica, hábitos e cultura.

A identidade moçambicana é aquela em que herdamos por meio da nossa luta pela liberdade e justiça. Assim, não há dúvida de que os moçambicanos têm as suas identidades distintas. Herdamos essas identidades por meio de nossas conquistas, que resultam da composição de uma Nação moçambicana na busca da liberdade, isto é, nação de origem da legalidade com uma finalidade comum ou colectiva para os nativos num determinado território, onde se encontram cultura, raça, língua, etnia e costumes. Portanto, Moçambique é um país multicultural que resulta na criação de uma Nação, onde todos gozamos dos mesmos direitos, igualdade e justiça.

Muale (2023: 67) sustenta que identidade é algo muito importante para se orgulharmos, partindo das nossas tradições. Portanto, o renascimento da identidade africana é um esforço para fortalecer e preservar a rica herança cultural moçambicana. Devemos promover a participação e o orgulho entre cidadãos *“O ponto de partida para uma verdadeira e completa emancipação de um povo é a emancipação mental e cultural e esta depende da assunção da identidade da defesa das próprias tradições”* (idem). Neste contexto, sabemos muito bem que, a identidade africana especificamente moçambicana foi forçada a aderir obrigatoriamente às identidades ocidentais, abandonando a nossa realidade moçambicana. Assim, devemos reconstruir a nossa identidade para dar resposta os reducionistas e as mudanças políticas, tecnológicas e sociais na actualidade.

²Os etnólogos definem a identidade de uma maneira concêntrica, isto é em função dos diferentes círculos de pertença: família, povoação, distrito, província e nação. A resultante de hoje seria a nação-círculo. a identidade hoje seria dada pela nação, supondo uma sobreposição comunitário-nacional. Em todo o caso a identidade é múltipla e ninguém pode pretender uma identidade única.

No entendimento de Serra (1998:10), a identidade é algo dinâmico que representa uma categoria simbólica dos indivíduos ou grupos sociais. A identidade é um processo que alimenta o modo de ser dos homens na sociedade. Portanto, não temos a identidade fixa, mas sim representamos uma identidade múltipla enquanto moçambicanos. Assim, há a necessidade de estudarmos o passado para compreendermos o futuro, pois, nesta época, a nossa identidade, na visão de Ngoenha, está muito ameaçada.

A identidade moçambicana está a ser ameaçada, isto é, desvalorizada, por causa da globalização do mundo, a sociedade moçambicana responde há identidades diferentes dentro do seu território. Portanto, a cada dia que passa a identidade moçambicana se afasta da sua realidade cultural *“Nunca como hoje se falou tanto da ou de uma identidade moçambicana ou, de uma moçambicanidade, mas, ao mesmo tempo, nunca desde a proclamação da independência tal identidade esteve tão ameaçada como hoje”* (NGOENHA, 1992:19). Neste contexto, partindo deste pressuposto, podemos considerar que nos tempos actuais o que nos importa é reabilitar as nossas culturas, identidades e a consciência histórica em África e especificamente Moçambique.

Etimologicamente, de acordo com Morfaux (2005:131), o termo cultura vem do latim *“colere”* que significa cultivar ou venerar. No século XIX, a forma de entender a cultura tornou-se complexa, isto é, cultura foi compreendida como, conjunto de crenças, de religião e arte, na formação do homem e espírito na sua personalidade. O termo cultura tem dois significados, onde o primeiro significa ensinar o homem a melhorar o seu futuro, isto é, saber como se comportar para o bem-estar de todos. No segundo sentido significa que é o conjunto de costumes, de saber viver juntos, e saber pensar de forma positiva de modo que o homem crie a sua própria política.

Segundo Mucale (2013: 241), a cultura é definida como resultado da invenção humana e é um conjunto de costumes, hábitos e valores materiais e espirituais na sociedade, e num determinado sistema geográfico social. Mucale parte de uma ideia de *“afrocentricidade”*, com o objectivo de libertar os africanos especificamente os moçambicanos, e faz crítica de forma radical da ideologia egocêntrica. Cultura é aquilo que foi feito pelo ser humano e não é da natureza. Enquanto cultura no sentido espiritual é conjunto de hábitos, usos e costumes de conduta que regulam a vida humana.

Portanto, *“afrocentricidade”* apresenta duplo movimento que o primeiro movimento é retornar ao passado para melhor compreendê-lo, e segundo é chamado projeção que significa, orientação

para o caminho de futuro. De facto, Moçambique é conhecido como o país multicultural, por possuir as diversas culturas, desta forma, a necessidade de criar democracia sociocultural de tal maneira, a democratização passe a ter novos elementos reconhecíveis de culturais locais.

O conceito “cultura” tem muitas definições, mas em todas elas podem entender-se um conjunto de valores tantas matérias como espirituais, mais os processo da sua criação, aplicação e transformação, que o homem obtém no processo da prática histórico-social, [...], a palavra “cultura” no contexto hegeliano, é prenhe de etnocentrismo. Aquilo a que ele chama "história universal" (MUCALE, 2013:241).

Não resta dúvida de que a identidade cultural do homem negro foi rejeitada e ignorada pelo Ocidente. Para eles, os africanos não tinham cultura nem história, ou seja, Moçambique não existia antes da chegada de Vasco da Gama em 1498, criando o pressuposto da “*descoberta da África*”, especificamente em Moçambique, fundamentando a ideia de ignorar o outro como um ser humano e valorizar a cultura dos ocidentais.

No contexto de Kant apud Abbagnano (2007:225), A³cultura é ter consciência de escolher o que é bom para os seus fins de todas as suas coisas que se pretende realizar na natureza, portanto, não resta dúvida de que a cultura tem um significado profundo do que os gregos chamam de “*paideia*”, que significa educação de boa arte. Nesse sentido o termo cultura, materialmente significa o conjunto de criações artísticas e arquitetónicas, ou seja, são construções de edifício e instrumentos.

Segundo⁴ Senghor (apud NGOENHA, 1992:21), “*cultura como a constituição psíquica que em cada povo explica a sua civilização*”. Portanto, partindo desse pressuposto, podemos afirmar que, os moçambicanos, antes da chegada dos colonos, eram bem civilizados. O colonialismo destruiu a nossa cultura, o nosso modo de viver, distorcendo os conceitos de civilização e selvagismo. Os ocidentais consideravam a selvajaria como paganismo e o cristianismo ligada ao contexto da civilização. Essa forma de interpretar os conceitos por parte dos ocidentais, tentam matar lentamente a nossa cultura, tradição, hábitos e etnias.

Ngoenha (1992:81) define a cultura como uma herança adquirida de geração em geração a partir de valores, costumes, etnias e hábitos, que surgem através da nossa emoção e sentimento da

³A passagem do primeiro para só segundo significado ocorreu no séc. XVIII por obra da filosofia iluminista, o que se nota bem neste trecho de Kant: “Num ser racional, cultura é a capacidade de escolher seus fins em geral (e portanto de ser livre)”.

⁴Senghor definiu a cultura como a «Constituição psíquica», que em cada povo explica a sua civilização. Por outras palavras, é uma certa maneira própria de cada povo sentir ou pensar, exprimir-se ou agir. E esta certa maneira, este carácter é a simbiose das influências, da geografia e da história, da raça e da etnia.

união entre nós, onde tomamos a consciência nacional de compreender a nossa própria história. Por isso, nós moçambicanos temos a nossa identidade cultural que não é reduzida a um simples pré-conceito. Economicamente, Moçambique deve se defender por si só e deve criar o seu conhecimento que não vai depender dos ocidentais.

Por isso, a etnofilosofia surge como resposta para defender a tradição africana, no contexto de filosofia africana, essa mostra que existe, sim a cultura africana, que reside na “*ontologia religiosa*”, “*vida*” e “*força vital*” e “*linguagem*” isto é, tanto como a filosofia africana e como a cultura, só podem ser compreendidas através da ontologia religiosa defendida por Mbiti na qualidade de que africano não existe morto completamente, os mortos africanos permanecem no mundo dos vivos e sempre estão presentes.

Nesta mesma linha, não podemos esquecermos o pensamento de Temple com a sua ideia de “*vida e força vital*”. Por outro lado, temos Alex Kagame, considerado o pai de etnofilosofia. Para ele a nossa cultura reside na linguagem, para Kagame considera que, a linguagem faz com que nós nos comuniquemos e produzamos conhecimento que não pode ser comandado nem ser movimentado.

Santo (1994:31) afirma que a identidade cultural é fonte de percepção de ter uma consciência de si. A Identidade cultural faz parte de tomada de consciência, para reivindicarmos os nossos direitos e liberdade perante o colonialismo, porque temos uma identidade cultural que nos identifica. Apesar de diversidade cultural, existe algo que nos une, que é a história, do Rovuma ao Maputo e do Zumbo ao Índico, sem escapar da escravidão e as suas barbaridades.

De acordo com Cheikh Anta Diop (*apud* Ngoenha, 1992:29). Identidade cultural é personalidade conjunta que possui três factores nomeadamente: factor psicológico, histórico e linguístico. Falar de factor histórico, identidade cultural enquadra enquanto a história deve servir como o resgate da sua consciência histórica, para uma melhor compreensão de defesa cultural na sociedade.

Factor linguístico é importante no contexto de que a língua faz parte da nossa convivência e é através da linguagem que comunicamos, nos compreendemos reciprocamente. A língua também nos conduz à dominação colectiva por meio da identidade cultural. Enquanto factor psicológico serve para refutarmos as ideias ocidentais de forma crítica e reflexiva e formarmos as nossas ideias.

Na concepção ngoenheana identidade cultural é considerada como tomada da consciência histórica e o “autorreconhecimento” de identidade única e múltipla em simultâneo. Portanto, identidade cultural é alavanca da consciência histórica para resgate da realidade histórica, onde os outros destruíram a nossa realidade histórica, e construíram a realidade ocidentais alegando que não têm a história e nem cultura.

Em Moçambique só podem conseguir equilíbrio seja social ou político, ao traçar o nosso projecto capaz de conectar as etnias que temos e deve existir o reconhecimento profundo da diversidade cultura e dignidade, ou seja, igualdades. Portanto, a necessidade de reconstruir a nossa moçambicanidade partindo da realidade cultural.

O nosso problema de identidade cultural é da firmação de uma consciência nacional e tributaria da conjuntura. O nosso dever dependerá, em grande parte, de tomada de consciência da maturação política e cultural de consciência nacional rural. Portanto, uma política cultural consequente não deve agredir as populações do campo com proposta de novos sistemas de valores, mas deve ao mesmo tempo, propor reforma necessária para integrar moçambicano no mundo moderno sem fazê-lo, entretanto, perder a sua personalidade (NGONHA, 1992:80).

Moçambique deve partir desta realidade de identidade cultural para construir o futuro, e reivindicar a dignidade humana. Deste modo, os moçambicanos devem produzir o seu futuro, criando conhecimento, que parte das realidades vividas, deixando ao lado dita história universal. Porque essa história universal não diz a nossa realidade moçambicana. “*Há que construir o nosso discurso político numa linguagem compreensível a todos os cidadãos do nosso país*” (NGONHA, 1992:81). Portanto, o nosso Projecto deve partir de realidade cultural, e forma de convivência na sociedade. Isto é, se quisermos construir o nosso país devemos baseares em através do nosso diálogo interno e externo partindo da nossa realidade cultural.

3. Identidade Cultural no processo de tomada de consciência

Partindo da ideia de Mudimbe (2013:156), os africanos devem inventar o seu próprio conhecimento ou esquema para melhor compreender o sentido da história, por meio da sua própria consciência. Assim, podem descobrir a verdade histórica e encontrar as raízes de identidade cultural. “[...], *Devemos colocar a percepção ocidental de “nós” e do “nosso passado” em perspectiva e procurarmos “o que somos”, vivê-lo e escrevê-lo de acordo a “nossa própria experiência”*. (idem). Desta forma, a nossa experiência vivida torna algo muito mais importante para o avanço de tomada da consciência. Portanto, os moçambicanos que não aceitam identidade cultural esquecem a si mesmo e tornam-se totalmente absurdos, pois é através da realidade cultural que elevamos os nossos valores culturais.

Precisamos de mudar o ponto de vista, isto é, vamos partir da realidade ou da identidade cultural para repensarmos sobre como transformar a cultura africana, identificando valores positivos para serem seguidos e negativos a serem descartados. “*Partindo da sua cultura e da sua realidade, os africanos podem produzir uma filosofia científica*” (BLAUNDE, 2018:420), portanto, devemos ser criativos no nosso próprio projecto, ou seja, sermos imaginativos para produzir o conhecimento a partir de nós. Ao fazermos isso, os africanos especificamente os moçambicanos terão a consciência de produzir conhecimento a partir dessa nova perspectiva cultural.

Os moçambicanos devem reconhecer da sua própria natureza, da cultura e experiências vividas. Portanto, à necessidade de tomada da consciência para romper os obstáculos que impedem o nosso desenvolvimento em Moçambique.

O povo africano identifica-se, pois, com uma outra realidade. O seu passado está erradicado, ele acredita em novos elementos culturais. Na nossa opinião, a colonização foi um verdadeiro obstáculo epistemológico, uma vez que ela ocupou não só a terra, o espaço geográfico, como também, e sobretudo, as mentalidades. Em nome do seu “projecto civilizador/explorador”, a colonização trabalhou negativamente a mentalidade do africano, ao ponto de este se rejeitar a si mesmo (BLAUNDE, 2018:402).

Os obstáculos epistemológicos enfrentados em Moçambique incluem a colonização, que oprimiu o desenvolvimento científico, e eliminava a África na dimensão da sua própria história e cultura. Além disso, a relação entre o Estado, a técnica e a ciência é muito problemática na actualidade. Para superar esses obstáculos, é essencial que as autoridades valorizem o conhecimento científico a partir da nossa identidade cultural

É muito importante elevar a identidade cultural, pois uma sociedade só pode sentir orgulho quando se conhece a si mesma como sujeito dos seus valores e direitos. Devem tomar consciência e valorizar aquilo que é nosso para servir o futuro, ou seja, para as gerações vindouras. Podemos nos orgulhar se conseguirmos resgatar os valores e integrar o conhecimento local, isto é, não podemos descartar o conhecimento local produzido através da cultura.

Nesta parte vou explorar as possibilidades de “legitimação” institucional dos saberes locais/endógenos no contexto universitário ou da academia, com a consciência, porém de que não se trata apenas disso. O problema da legitimação, como vimos, diz respeito ao processo de subalternização de certo tipo de saber produzidos em condições de inferioridade (CASTIANO, 2013:38).

A ideia do filósofo Castiano nos mostra que há necessidade de considerarmos os conhecimentos locais, validá-los e extrair alguns traços-chaves porque, conhecimentos locais surgem através da nossa identidade cultural. Portanto, precisamos de validar ou legitimar o nosso

conhecimento, devemos ser promotores da nossa realidade histórica cultural, de modo que possamos resgatar a consciência de nós mesmos como sujeito.

A identidade cultural desempenha um papel muito crucial para moldar e entender os valores dos conhecimentos locais e do país. Além disso, é parte de resistência no mundo actual de globalização. Portanto, a consciência cultural é considerada a capacidade dos cidadãos de refletir de forma crítica sobre os seus valores, costumes e hábitos, para promover o respeito pelas diferenças culturais.

No tempo colonial a nossa identidade cultural era vista como algo que não servia, sem valor, os moçambicanos eram considerados como objectos não como sujeito. *“Depois da descoberta da América e da África, e o início do processo da colonização o homem selvagem é objecto, e só o homem civilizado é sujeito, que falava que queria e pensava”* (NGOENHA, 1992:15), tomar consciência sobre nós mesmos é elevar as nossas culturas, ou seja, nós não somos objecto, como ele referia. Se os moçambicanos têm a identidade cultural, logo, a necessidade de tudo começar e dependia de nós.

A elevação da identidade cultural serve como alavanca para tomada da consciência, para fortalecer e promover a coesão social na integração da sociedade na política moçambicana, isto é, na construção da identidade. Não podemos esquecer a língua como elemento essencial, além de tradições, costumes, ritos, música e hábitos; esses elementos servem como alavanca para o reconhecimento dos valores nesta época de globalização.

No que diz respeito à função das culturas como base de identidades é preciso destacar que, com a modernização e com a mobilidade social daí resultante, [...], outras perspectivas identitárias são hoje, por exemplo, religiosas, profissionais, políticas, gera nacionais ou ainda determinadas pelo estatuto social ao qual cada membro da sociedade pertence. Estas identidades são transversais, ou melhor, “plurais” como o diz Amartya Sen, no seu livro *Identidades e Violência* (NGOENHA, 2011:229).

A tomada de consciência na identidade cultural é o reconhecimento da experiência da tradição e hábitos, trata-se da capacidade de inclusão e respeito mútuo às diferenças culturais. Além disso, o processo de tomada de consciência pode ocorrer nas localidades, distritos, províncias, escolas primárias, secundárias, superiores e no país em geral, por meio de um diálogo, onde compreenderemos melhor a identidade de forma ampla, crítico e reflexiva, promovendo liberdade, igualdade e justiça para a sociedade vindoura.

Identidade cultural refere-se ao processo de revitalização e valorização dos hábitos, costumes e tradições, visando o autoconhecimento e o fortalecimento do sentimento de pertencimento.

Ngoenha propõe o resgate da identidade cultural como uma estratégia para fortalecer o património identitário do povo moçambicano, reconhecendo a necessidade de recuperar essa identidade nos aspectos políticos, históricos, económicos e sociais. Isso porque muitas línguas e manifestações culturais foram deixadas de lado, e a essência da cultura foi desprezada pelos europeus durante o período colonial. Com o resgate da identidade cultural, a sociedade conseguirá reivindicar os seus direitos e defender os seus interesses comunitários de forma mais eficaz.

CAPÍTULO II: A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E O FUTURO

Neste capítulo, serão apresentados os problemas decorrentes da crise de consciência histórica em Moçambique. Inicia-se com a definição de consciência e história, passando à análise da sua ligação com a cultura moçambicana. Por fim, serão expostas as ideias dos pensadores reducionistas que desvalorizaram a história africana, bem como as razões que os levaram a negar o valor dos conhecimentos locais.

1. Problema da crise de consciência histórica em Moçambique

Segundo Morfaus (2005:11), o termo *consciência* provém do latim “*conscientia de scire*”, que significa saber ou ser responsável por suas acções. Portanto, a consciência pode ser entendida como o conjunto de conhecimentos que o ser humano possui das suas reflexões e das suas emoções morais. A Consciência faz parte do ser humano, faz com que as pessoas conheçam o bem e o mal. Nesse sentido, quando falamos da consciência, referimo-nos ao autorreconhecimento, ou seja, à capacidade de reconhecermos as nossas limitações. Temos a capacidade de perceber as coisas de forma imediata e clara, dado ao nosso potencial de sermos sujeitos pensantes.

Mucale (2023:115) sustenta que, na ausência da consciência histórica, o povo pode ser manipulado, limitando a construção de um futuro melhor. Além disso, essa ausência pode gerar o conflito e violência no país e também pode dificultar o autoconhecimento da identidade nacional e cultural. O desconhecimento da sua realidade passada pode levar os jovens a desvalorizar culturas do seu país. Portanto, precisamos elevar as tradições, da formação adequada sobre a nossa história moçambicana.

O seu interior é restaurar a personalidade coletiva africana, isto é, a consciência histórica dos sujeitos africanos em direção a uma verdadeira emancipação e desenvolvimento do continente. [...]. O pressuposto é de que um povo sem consciência histórica é um povo que pode ser facilmente madado, manipulado, dividida, espezinhado e mantido nesta situação. O seu oposto é válido: todo o processo emancipatório de um povo deve tomar em conta a consciência histórica (*idem*).

A consciência histórica está também ligada à justiça e à coesão social. Ela permite que os moçambicanos se reconheçam mutuamente, independentemente da origem regional ou étnica. A unidade nacional depende do respeito pelas diferentes culturas que compõem o país.

Diop, por sua vez, defende que a consciência histórica é condição para a emancipação cultural africana e para a valorização das antigas civilizações negras. Neste sentido, há necessidade da tomada de consciência e reconhecer o passado na gênese humana. Por via disto, o autor destaca

a influência da religião, destacando que o Islão, em contraste com o Cristianismo actual, não leva em consideração o passado tradicional. O doente cristão de hoje reconhece orgulhosamente sua herança clássica, pagã e faz seu máximo para preservar as obras desse período.

A consciência da continuidade do passado do povo foi progressivamente enfraquecida por influências religiosas. Mesmo dentro de nossas próprias famílias, sabemos que os nossos pais preferem esquecer sistematicamente e manter seus filhos inconscientes de um certo passado “pagão”, o qual tornou-se indiscreto mencionar, com exceção de algumas reminiscências nostálgicas (DIOP, 1987: 294).

Embora a sua abordagem seja fundamental para resgatar o orgulho africano, tende a centrar-se no passado faraónico e pan-africano, oferecendo menos contributos para a reflexão política concreta no contexto moçambicano. A crítica, porém, aponta dois pontos de tensão. Primeiro, um risco de essencialismo: ao postular fortes continuidades “pan-africanas”, por vezes atenua-se a heterogeneidade interna dos contextos (etnias, línguas, cosmologias), o que pode dificultar políticas finas no terreno moçambicano.

Segundo, a tentação “egiptocêntrica” de tomar certas matrizes como núcleo irradiador universal da civilização africana pode deslizar para anacronismos e argumentos de filiação cultural dificilmente demonstráveis com o rigor que a historiografia contemporânea exige. A contribuição de Diop permanece estruturante como gesto de “descolonização do passado”, mas precisa ser manuseada com cuidado metodológico para não trocar o eurocentrismo por outro centrismo

Para Ngoenha, ter consciência é conhecer a própria cultura, história e território, assumindo-se como sujeito da própria realidade. Ser consciente da diversidade cultural de Moçambique implica reconhecer que não existem culturas superiores ou inferiores, apenas diferentes.

Assim, ter consciência da própria cultura era ter consciência da identidade e integridade territorial e política do grupo. As culturas étnicas devem estar fechadas nelas mesmo, constituindo assim identidades culturais distintas [...]. E temos presente que é acontecimento, precedido e condicionado por eventos reais e concretos, que temos de construir o nosso futuro. (NGOENHA, 1992:30).

Sendo assim, a necessidade de tomar a consciência para conhecer melhor o nosso país, porque a história vivida mostra que a nossa história real foi desprezada, por outros. Então vamos resgatar a nossa, teorema de ser. Precisamos de descartar o pré-conceito de que nas zonas

recônditas ou nas periferias não há conhecimento, ou seja, precisamos ainda evitar ignorar as ideias de quem vive no campo, como se ele não fosse civilizado.

O facto de comer no mesmo prato torna insuportável para alguns, são tidos como “não civilizados” e os que estão nas cidades são considerados civilizados. De facto, a irmandade deve considerar a passagem *bíblica*, que diz: compartilhe o pouco com o teu próximo. Neste caso, se excluem os conselhos das religiões, suas civilizações e paganismos; e como indígenas precisamos fazer o resgate dos valores culturais, ao mesmo tempo em que repensamos a moçambicanidade a partir de nós mesmos.

Exemplo: Os naturais de Maputo não podem desprezar as ideias, valores, cultura e o conhecimento de compatriotas oriundos de outras zonas, províncias ou países, por serem primeiros a viver na cidade. Ao tomarmos consciência, é necessário, na medida, trazer a ideia de reconhecimento, lembrarmos que ninguém é superior aos outros cidadãos, apenas difere da oportunidade que se teve primeiro. Enquanto se discrimina a cultura, etnias, religiões e origens de um indivíduo coloca-se em jogo a própria identidade pessoal, assim como a do país no geral.

Etimologicamente de acordo com Abbagnano (2007:502), o termo história provém em “*grego ùixopía; lat. Historia; in. History, fr. Histoire*”, significa pesquisa ou narração de uma informação, ou accção humana. Segundo Heródoto apud Collingwood (1989:34), define “*história é uma ciência, que diz respeito as acções humanas*”. Portanto, a história não é outra coisa, mas sim uma investigação do conhecimento produzido pelos homens ao longo do tempo.

Desse modo, a história na visão de Heródoto significa pesquisa, inquérito e ciência; história não é teocrática, mas sim humanista. Na concepção de Heródoto, teologia não é ciência porque na teologia se usa um livro que começa com palavra “*princípio*” esse livro não é situado no tempo nem no espaço; portanto, não podemos considerar como história, pois história é uma investigação do homem no tempo e no espaço.

Na antiguidade, a história era fundamentada por meio de duas formas que são: metodológica e teocrática, enquanto na idade média, a história baseava-se com pensamento religioso, que fazia relação entre o homem e Deus. Portanto, no século XVI até XIX a história concentrou-se sobre na ciência e natureza em relação ao espírito humano.

Mas no século XVII começou-se a pensar criticamente acerca da história, tal como já se tinha aprendido a pensar criticamente acerca do mundo exterior, porque a história começou a ser considerada como uma forma específica de pensamentos não exatamente como a matemática, a teologia ou ciência (COLLINGWOOD, 1989:14).

Na concepção Collingwoodiana, história é uma “*investigação ou inquérito*”. Esta investigação em ligada a espécie humana ou as acções humanas, que procuram centralizar o estudo das acções humanas, no tempo e no espaço. Estudar história em algo muito importante, pois trata-se de autoconhecimento, isto é, o homem se conhece a si mesmo e compreende a sua realidade histórica que vai permitir uma reflexão profunda da actualidade.

Porque neste tempo a humanidade não segue a única direcção histórica, a sociedade se torna um mercado de histórias originais, sem talento e cultura. “*A história que nos é "entregue" hoje em dia [...], não tem mais relação com um "real histórico" do que a neofiguração em pintura tem com a figuração clássica do real*” (BAUDRILLARD, 1981:62). Assim, podemos perceber que precisamos estudar a história de forma detalhada nesta época em que a verdade histórica se torna imaginação e simulação.

Na concepção Ngoenheana, história é entendida como panorama sobre determinados valores num determinado território. Portanto, a história pode ser compreendida como o reconhecimento dos seus valores, hábitos e costumes, porque tratar-se da história enquanto acções verdadeiras do homem através da sua vontade e liberdade. “*História é, antes de mais, horizonte de juízos de valor*” (NGOENHA, 1992:14). Deste modo, estudar história é realizar uma autorreflexão sobre a sua realidade, sobretudo partindo da sua própria cultura, pós sabemos que, a nossa história foi menosprezada em relação aos ocidentais, que introduziram a sua cultura e eliminaram a nossa lógica.

Conhecer história é produzir capacidade de questionar sobre o passado da humanidade, sobretudo os povos africanos, foram desprezados pelos ocidentais. Entender o sentido da história da África, especificamente em Moçambique, é construir consciência viva fundamental na nossa sociedade de inteligência artificial.

Viver como seres histórico significa, portanto, desenvolver a capacidade racional permanente de saber entrar no horizonte da problematidade: é uma iniciação à pergunta perene sobre o porquê, o como e os autênticos percursos dessa vida, da nossa existência terrena, [...], tudo isso está a significar que a questão da história e por conseguinte, da consciência histórica não é uma questão de folclore, mas um tema que deve ser sempre de grande actualidade. (LOPES, 2018:111).

Felomeno Lopes enfatiza a consciência histórica como memória colectiva necessária para a reconstrução identitária dos povos africanos. No entanto, a sua análise privilegia sobretudo o espaço da lusofonia, sem explorar de forma aprofundada os desafios próprios da sociedade moçambicana.

Ngoenha (1992:25) constata-se que, Vico abandona as abordagens que ilustram explicações bíblicas, que tudo o que o homem faz depende do contexto histórico dos acontecimentos. “*Para Vico: Scienza Nuova: que este mundo foi feito pelos homens por isso, eles possuem os seus princípios explicativos*” (*idem*). Portanto, na visão de Vico, considera-se também que a história não pode ser vista simplesmente como a história da liberdade, mas sim podemos considerá-la como história da providência. Dessa forma, coloca limite entre a filosofia da história e a teologia, ou seja, o homem é sujeito da sua história.

Enquanto Voltaire também abandona a interpretação bíblica, pois para ele o que elimina a história é tal o chamado Deus, “*essai sur les mœurs ou História do espírito humano [...] um homem do bom senso não pode continuar a creditar nas fábulas de Heródoto, nem oráculos de Delfos*” Voltaire apud Ngoenha (1992:116). Portanto, Voltaire considera o homem como sujeito da sua história, uma vez que história provém do espírito do homem, na medida em que obtém realização do autorreconhecimento sobre a racionalidade de uma criação da cultura e da civilização em geral.

Ngoenha encontra melhor saída de analisar o sentido da história ao descobrir as abordagens sobre história e identidade cultural. Ngoenha sustenta que a história se contradiz, onde algumas consideram a existência da História universal, e outras ainda afirmam que os africanos não têm história. Sendo assim, dificulta para compreender a história, pois cada povo tem a sua própria origem, realidade e tradição. “*A própria história parece ser contradição ela se contenta a ser leitura do passado*” (NGOENHA 1992: 24). Deste modo, a história não pode se limitar a estudar o passado, mas sim devemos voltar para o passado de forma reflexiva e crítica para compreender o futuro.

Segundo Ngoenha (1992: 9), o ⁵Fim da história publicado por Fukuyama não significa o fim dos acontecimentos ou seja, não quer dizer que os moçambicanos não possam reivindicar os seus direitos e a liberdade. Na concepção ngoenheana, o fim da história não corresponde à nossa realidade; ainda temos que buscar a realidade, pois devemos ser sujeitos da nossa história. Não podemos aceitar uma história universal que nos considera como objectos da história. Há necessidade de superarmos esse obstáculo universal e construirmos a história a partir de nós mesmos e dos nossos valores.

⁵O fim da história apresentava-se-me como o fim de um pesadelo, dessa espécie de laboratório, onde os nossos sofrimentos, as nossas dores e as nossas mortes tinham as suas fórmulas explicativas, justificações, mas nunca seleções.

Se quisermos um dia ser artista da nossa história, e ser reconhecidos com tais, temos de nos aceitar primeiro nós mesmos, reconhecer e valorizar a nossa diferença. Temos de aceitar que a nossa não é a famosa história universal onde participamos sempre como objectos. De certa maneira, temos de negar o próprio conceito de história como dimensão essencial da nossa existência (NGOENHA, 1992:22).

Portanto, se queremos construir uma história bem organizada para o futuro, primeiro há necessidade de resgatar as nossas origens e participar da nossa própria história. Devemos valorizar a cultura e seguir os traços sem haver discriminação. Ao refletirmos sobre o passado, encontraremos os defeitos, ou seja, os problemas para construirmos melhor um futuro saudável, sem esquecermos de marcar pontos de relevância nas diversas culturas, deixando de lado os pontos negativos.

Recuando ao passado recente, sublinhar que o tipo de conhecimento filosófico que os nossos antepassados tiveram tem uma base axiológica: Monomotapa, Grande Zimbabwe, Império de Gaza. Exemplos incluem a tradição de afiar dentes, contos ao redor das fogueiras, as caçadas e os cercos de leões, danças e os rituais para adolescentes, onde aprendiam como cuidar do organismo e preparavam-se para futuros lares. Sem esquecer as danças que alegravam os momentos de felicidade, durante colheitas, caçadas a animais ferozes, casamentos, etc., são traços vivos das nossas culturas que nos identificam.

Para Gadamer, a consciência histórica não é apenas uma percepção do passado, mas um processo dinâmico e dialético de compreensão que envolve a relação entre o presente e a tradição. Gadamer defende que a nossa compreensão do mundo é sempre influenciada por nossa história, cultura e contexto. Essa ideia é encapsulada no conceito de “preconceito”. Portanto, a consciência histórica envolve reconhecer e refletir sobre esses preconceitos, permitindo uma interpretação mais profunda e autêntica da realidade.

A consciência que hoje temos da história difere fundamentalmente do modo pelo qual anteriormente o passado se apresentava a um povo ou uma época, entendemos por consciência histórica o privilégio do homem moderno de ter plena consciência da historicidade todo presente e da relatividade de toda a opinião. [...]. É preciso que cada qual esteja plenamente consciente do caráter particular das suas perspectivas (GADAMER, 2003:19).

A necessidade de reconstruir uma nova história começa pela particularidade do homem e a sua própria tradição de senso histórico para compreender o passado. Gadamer nega a ideia de uma história universal; segundo ele, cada povo tem a sua própria tradição e o seu modo de viver, portanto, a história não pode ser universal. Gadamer propõe uma tomada de consciência histórica para reconstruir a realidade histórica e compreender a realidade a partir da tradição.

Portanto, há necessidade de consultar o passado para encontrar alicerces ou as razões que os portugueses e alguns compatriotas tentam refutar. Daí, convém que haja avanço e reflexão ou análise para podermos construir uma realidade histórica, partindo da nossa experiência cultural. Partindo do pressuposto de Gadamer (2003:31), “*A consciência histórica é um modo do conhecimento de si*”, sendo assim, Gadamer nos alerta sobre a importância da tomada de uma consciência histórica acerca de nós mesmos, pois isso permite uma flexão profunda da nossa própria tradição e da realidade histórica.

Gadamer, por exemplo, entende a consciência histórica como um processo hermenêutico de diálogo entre o passado e o presente, mediado pela tradição. A sua reflexão é essencial para compreender o valor da tradição, mas permanece limitada a um horizonte filosófico europeu, sem considerar as especificidades do colonialismo e da descolonização africana.

Os moçambicanos, ao tomarem consciência, perceberam ser difícil resistir no território. Assim, grupos foram formados na fronteira vizinha (Tanganhica), como os grupos dos Makonde e Macuas, que eram chamados “*União dos Makonde e Macua*”. No final da década de 1960, na África do Sul, formaram-se dois grupos: “*Portuguese East Africa Society*” e “*Tete East Africa Globe Society*” (NGOENHA,1992:50). Desse modo, os grupos tornaram-se numerosos, e percebemos que a nossa liberdade dependia da união, confiança e coragem; com isso, na década de 60, os povos moçambicanos uniram-se.

Na verdade, tomamos como exemplo a união da década de 60 como um reflexo, pois trouxe muitos frutos, resgatando e recuperando a dignidade e identidade perdidas ao longo do tempo. No entanto, consideremos os avanços adquiridos após a independência para ilustrar este século XXI, a fim de criar ou inventar a nossa política a partir das nossas diferenças culturais.

A ausência de consciência histórica surge no momento em que não valorizamos as nossas culturas, quando consideramos a nossa realidade como algo simples que não tem valor, e até mesmo os dirigentes valorizam culturas ocidentais, sem procurarem ser criativos e promoverem a intercultural na política que governam. A proclamação de liberdade e justiça está longe do teorema: “*se negarmos a nossa alteridade, a nossa diferença, as nossas memórias, estaremos nos colonizando e desculturalizando, ameaçando o nosso futuro*” (Ngoenha, 1992:123). Se não compreendermos bem o passado, arriscaremos repetir os mesmos erros cometidos, que causaram consequências severas.

Quando perdemos valores entre irmãos africanos, considerando o outro africano como ladrão e o branco como patrão, ou seja, quando um africano está bem-sucedido economicamente, atribuímos-lhe a ele vários nomes (macaco, mágico e até feiticeiro). Olhamos apenas para o dinheiro, acreditando que só os brancos sabem lutar e trabalhar de modo a acumular riqueza, limitando aqueles da mesma raça, achando que não são capazes de aproveitar qualquer oportunidade e muito menos de serem inteligentes. Desse modo, estamos desvalorizando o nosso próprio padrão, por isso, precisamos resgatar a nossa cultura, identidade e valores tradicionais.

2. A consciência histórica e a cultura moçambicana

A consciência histórica e a cultura moçambicana são elementos essenciais para compreender a identidade do país. Elas representam a memória de um povo que resistiu, lutou pela sua independência e continua a valorizar as suas raízes enquanto busca o desenvolvimento sustentável e culturalmente consciente. Valorizar esses aspectos é fundamental para promover o orgulho nacional e a preservação do legado cultural para as futuras gerações. Ter a consciência histórica é saber que o futuro depende de nós e que o passado precisa ser estudado para compreendermos o futuro. Precisamos da nossa união e da criação de maneiras pelas quais os moçambicanos possam ter uma vida melhor no futuro.

Não é demasiado tarde para esperar que a humanidade tenha um futuro como ela tem um passado. Eu creio que, se os homens alimentassem esta esperança com bastante força, para lhe dar um poder dinâmico a consciência histórica é uma das maiores forças onde se tinha de reconhecer accção benéfica (RUSSELL *apud* NGOENHA, 1992:31).

A tomada de consciência histórica é ser livre para pensar e criticar a própria história, a fim de melhorar o avanço do desenvolvimento do país. Não resta dúvida de que a união é o segredo do sucesso; vimos que, desde 1961, os moçambicanos tomaram consciência da luta pela liberdade, formando pequenos grupos de resistência para alcançar o seu objectivo de emancipação.

A consciência histórica só pode transformar a realidade cultural moçambicana quando compreendemos a verdadeira dificuldade da nossa própria história. Portanto, para compreendermos a actualidade, precisamos de uma consciência histórica, ou seja, entender como os nossos antepassados conseguiram viver de forma harmoniosa, mesmo sem leis escritas. Como a cultura surgiu até se transformar em uma realidade.

Hegel (*apud* BLAUNDE, 2018:179), diz que a realidade é algo que existe e considera a realidade como a ideia verdadeira; a ideia é algo que representa a realidade. Portanto, o

conhecimento é a realidade que conecta essas duas dimensões, a interação entre a realidade efetiva e o conceito. Neste contexto, falar de consciência histórica, enquanto conhecimento da verdade, significa voltar à sua realidade histórica que alguns menosprezam. Através da consciência histórica, podemos resgatar a realidade ou a verdade roubadas pelos ocidentes.

Cheikh Anta Diop (2014. p.6). Parte com uma ideias de que uns inteligentes devem estudar o passado para ter conhecimento da sua história e as suas causas, e não para praticar, mas sim para compreender, porque quando nós conhecermos o passado também torna fácil de entendermos a nossa história, e termos consciência sobre o sentimento de continuar a valorizar a nossa história. Partindo deste concepção, a necessidade de recuperar a nossa identidade cultural como o ponto de referência para conhecer a nossa realidade histórica

O futuro dos moçambicanos depende de nós, produzindo ideias que façam cumprir a realidade e a nossa política. A consciência histórica nos mostra a importância de escolhermos a realidade política e jurídica, além da necessidade de usarmos o nosso conhecimento, que nos levará para essa realidade. A realidade local está nas mãos dos moçambicanos, desde que criem a força e de mostrem a possibilidade de reconhecer as diferenças culturais existentes no território.

Conhecer-se a si mesmo quer dizer, por outras palavras saber o que se pode fazer com a bagagem das experiências positiva e negativa e pedindo iluminação a tudo quanto os nossos antepassados realizaram, mesmo que tenha de ser relacionar criticamente com eles no que for necessário (NGOENHA, 1992:27).

A nossa realidade histórica difere da realidade ocidental; portanto, antes da chegada do colonialismo português, tínhamos uma cultura humanista e colectiva, onde encontramos a homogeneidade da moçambicanidade. Os ocidentais destruíram a nossa forma de viver e introduziram uma maneira de pensar que difere da nossa realidade cultural; eram violentos, bárbaros e criminosos. *“Esta consciência histórica não era a mesma que a consciência histórica dos portugueses, que, com sua chegada, destruíram o equilíbrio socioambiental existente”* (NGOENHA, 1992:26).

Portanto, partindo desse pressuposto, podemos considerar que, na actualidade, é necessário repensar o passado para construir o futuro através dos nossos conhecimentos históricos e da realidade da experiência cultural. Estamos numa época de globalização, onde outros impõem as suas ideias de ajuda humanitária, ou seja, a nova forma de colonizar a África, especificamente em Moçambique. Portanto, o neocolonialismo nos deixa cheios de dívidas, levando-nos a

depende cada vez mais deles. Assim, precisamos nos afastar da dependência que faz com que controlem os nossos bens e território; isto é, tudo deve depender de nós.

O poder político o governo deve fornecer às culturas meios, necessidade para o seu desenvolvimento. Se o governo tem de criar condições de desenvolvimento, ele tem de criar projecto de sociedade que partam das culturas ou então dos indivíduos mais dotados dessas mesmas culturas e não das (ONG), das cooperações, dos doadores, do (FMI) ou Banco Mundial [...] vamos ter de reconciliar os jovens portadores de um saber moderno e o nosso velho portador do saber tradicional. Vamos ter de reconciliar a cidade e o campo. Sobretudo, vamos ter de retomar o contacto de trabalho com o campo, vamos ter de começar a pensar que o futuro de Moçambique está no campo (NGOENHA, 2004:168-169).

Deste modo, precisamos encontrar o mecanismo para sairmos deste buraco e seguirmos, porque não existe país nem povo no mundo que possa se desenvolver se o seu controle sobre o seu produto e a sua economia depende dos doadores. Exemplificando, devemos saber que o que acontece em Moçambique não é oferta, porém dívida, tornando-se uma forma de colonização; não há desenvolvimento fazendo dívidas acima das metas e sem que se paguem as outras. Sem planos próprios para fazer sorrir e florescer o povo da riqueza natural, será difícil apreciarmos o vasto leque de riquezas que temos no nosso país. Com isso, sempre contrairemos dívidas e ficaremos a pagar quase tudo, desde os recursos até a própria a vida.

Consciência histórica é o conhecimento da realidade cultural enquanto precisamos ser livres para pensar, criticar e analisar o nosso ser. Isto é, Moçambique é um país multicultural, dotado de muitas culturas; assim, a base para desenvolver o conhecimento da moçambicanidade é respeitar e reconhecer a diversidade cultural. *“Mais importante ainda é que temos que nos conhecer profundamente a nós mesmos”* (NGOENHA, 2004:181). Desta forma, o projecto moçambicano deve diferenciar-se dos outros, pois a nossa forma de ser se diferencia do Ocidente. Portanto, é necessária a compreensão da realidade cultural, geográfica, económica e dos vastos recursos, analisarmos a nossa moçambicanidade, pois, apesar dos recursos que temos, o país continua pobre. Sendo assim, precisamos pensar no futuro.

Perante estas limitações, torna-se evidente que a consciência histórica não pode ser reduzida a uma perspectiva unicamente política ou filosófica. É necessário abordá-la também a partir da antropologia, da sociologia, da filosofia da história, e da interdisciplina de modo a compreender plenamente a sua relação com a identidade cultural, as estruturas sociais e a emergência de um pensamento crítico enraizado na realidade africana.

3. A concepção reducionista da história africana

De acordo com Mucale (2013:69), o pensamento reducionista inicia no século XVI, quando os pensadores ocidentais defendiam categoricamente que fora do Ocidente não existia conhecimento filosófico, ou seja, na África não há filosofia; em outras palavras, os negros não são humanos. Portanto, a afirmação da inexistência da filosofia africana tornou-se a base para que o Ocidente inferiorizasse os africanos. Filósofos como David Hume, Kant, Hegel e Lévy-Bruhl defenderam a inexistência de história e racionalidade entre os africanos. Kant chegou a afirmar que só a raça branca era racional e original, classificando as demais como inferiores. Hegel negava que os africanos possuíssem consciência de liberdade, razão pela qual, segundo ele, não teriam história.

A questão sobre a humanidade do africano ou do negro vem de longe. No século XVI, durante um dos primeiros ensaios do debate sobre os direitos humanos, mesmo em nome da igreja (que me parece que era mais humana do que divina na altura), foi dada uma resposta negativa (MUCALE, 2013:71).

Os africanos foram considerados não como um ser humano, mas sim como uma semelhança do homem branco. Kant foi o primeiro filósofo a tratar o discurso sobre a África, escrito em “*Von den verschiedenen Rassen*” (Das diversas raças do ser humano). Segundo Kant, o ser humano consiste apenas na única e especificamente raça branca que é original; ou seja, a primeira branca, a segunda africana, a terceira amarela e a quarta oliva da Índia. “*Elas são: 1 a raça dos brancos, 2 a raça negra, 3 a raça huno-mongoloide ou calmuca, e 4 a raça hindu ou indiana*” (KANT, *apud* HAHN, 2010:13). Deste modo, consideramos Kant como o primeiro racista e o pioneiro a abrir caminho para a inferiorização da raça negra.

Na visão de Hegel, os africanos não têm história, porque a história é uma simples conexão da razão. Mesmo que os africanos tenham criado a língua para se comunicar, se não formavam um Estado ou uma nação, não há história, portanto, não produziram a sua própria razão crítica. Os africanos não têm consciência da sua liberdade; é por isso que não têm história.

A liberdade nada mais é se não o reconhecimento e a adoção de objetivos matérias universais como o direito, a lei e a produção de uma realidade que esteja em conformidade com eles: o Estado. Os povos podem ter tido longa vida antes de alcançar o seu destino de Estado. Durante esse tempo, pode mesmo haver obtido uma grande cultura em algumas direções. Esta pré-história, como já foi dito, esta fora do nosso plano (HEGEL, 2004:111).

Para Hegel, a África tem cultura, mas não tem história; essa ideia reducionista influenciou muito a mente dos europeus. Para Hegel, os africanos não constituem espírito humano, pois não apresentam ideia de liberdade, mente crítica ou criativa, e ignoram a razão reflexiva.

De acordo com Ngoenha (*apud* Mucale, 2023:58), existem três movimentos construídos na África, sendo que o primeiro movimento começa desde a sua origem até o século XV, chamado de África cosmogônica, onde os africanos se comunicavam entre si e dentro do seu próprio espaço. O segundo movimento inicia com a dominação colonial, onde surgem a tecnologia e os limites das fronteiras, levando à rejeição da nossa mineira, passando assim a ser conhecida como África exógena. O terceiro momento nasce fora da África, visando encontrar a liberdade para os africanos. Não há dúvida de que Moçambique, como espaço geográfico, herdou do colonialismo o que é denominado África endógena.

A separação das fronteiras em Moçambique pelo colonialismo tinha como objetivo nos dominar e eliminar a resistência, ou seja, destruir a nossa homogeneidade, a política, os hábitos, a identidade e a cultura. “*Dividir para melhor reinar*” (MUCALE, 2023:61); portanto, era uma forma de separar o povo africano da sua etnia. Sendo assim, Mucale afirma que não houve contacto direto entre os colonos e o povo moçambicano, o que revela o seu preconceito ao ver os moçambicanos como um povo sem história e cultura. Não existe reconhecimento profundo sobre a nossa identidade cultural; portanto, há a necessidade de resgatar essa identidade.

Lévy-Bruhl *apud* Mucale (2013:70) afirma que “*na mentalidade primitiva, sentenciona que o negro não é capaz de filosofar*”. Os africanos são um povo pré-lógico, ao passo que os ocidentais são um povo historiográfico, com lógica e uma história a contar. Lévy -Bruhl, na sua obra *Mentalidade Primitiva*, publicada em 1922, constatou que, ainda assim, o Ocidente é civilizado porque utiliza lógica e religião. Enquanto os africanos são considerados um povo sem civilização, uma vez que a sua prática é relacionada à magia negra (feiticeira), não existe filosofia africana. Mais tarde, esse pensamento foi criticado pelo Vaticano, e Lévy -Bruhl admitiu a falha ao não considerar a mentalidade primitiva como lógica.

Sob o impulso das novas descobertas etnológicas, até mesmo Lévy-Brhul se viu obrigado a rectificar as suas afirmações precedentes e a admitir, nos seus “Cahiers” de 1938, que não existiam diferenças qualitativas entre a mentalidade primitiva e a mentalidade dos povos desenvolvidos (NGOENHA,1993:56).

Assim, como Cesaire e Ngoenha constata que Lévy- Bruhl confessou ter errado, portanto, não há diferença entre as sociedades ocidentais e africanas. Dessa forma, surgem correntes da filosofia africana, como a etnofilosofia de Placide Tempels e Kagame. Mais tarde, críticos como Eboussi Boulaga, Paulin Hountondji e M. Towa se manifestaram. Na mesma linhagem, surge o Pan-africanismo, liderado por William Du Bois e Kwame Nkrumah. Esses filósofos estabeleceram as bases da filosofia africana e forneceram alicerces para a política dos Estados

africanos, diferentemente das ideias reducionistas. Isso porque o Pan-africanismo trazia a ideia de unidade africana e a luta pelo nosso reconhecimento.

Aqui, temo a um sobressalto. Objectamos ao senhor Caillois que a famosa lei de participação inventada por Lévy-Bruhl foi renegada pelo próprio Lévy-Bruhl; que no crepúsculo da sua vida proclamou à face do mundo o seu erro ao querer definir um carácter próprio da metalidade primitiva enquanto lógica; que adquirira, pelo contrário, a convicção de que “esse espírito não deferem do nosso no especto lógico” (CESAIRE, 1978:58).

A Negritude também nasce com o mesmo objectivo, mas de maneira literária, visando valorizar a cultura negra. Senghor declara que já não é mais o momento de reivindicações, e que as nossas questões devem se centrar no desenvolvimento e progresso do continente, seguindo o movimento renascentista fundado por Du Bois. Portanto, a corrente africana de etnofilosofia tinha como objectivo defender as culturas africanas.

Placide Tempels, considerado um filósofo da etnofilosofia, defende a cultura africana, ou seja, a filosofia africana. Na sua obra publicada em 1945, “*Philosophy and the Bantu*”, ele argumenta que existe uma filosofia diferente da europeia, chamada filosofia Bantu. Assim, ele contraria totalmente o pensamento ocidental de Hegel e Lévy -Bruhl. Tempels afirma ainda que a filosofia Bantu e o seu conhecimento estão ligados à “*vida e força vital*”, onde o indivíduo, mesmo sendo religioso, busca conhecimento na cabana quando está doente. Esse conhecimento representa a ontologia da vida e da força vital.

Com efeito, se os primitivos têm uma concepção particular do ser humano e do universo, está em “ontologia” própria confira um carácter especial, uma cor local as suas crenças e práticas religiosas, aos homens, ao seu direito, as suas instituições e costumes, as suas reacções psicológica e, mais geralmente, a todo o seu comportamento. Isto é tão verdadeiro que, segundo a minha humildade opinião, os Bantus, como todos os primitivos, vivem mais do que de ideias e de acordo com as suas ideias (TEMPELS, 2016:32).

Partindo das ideias de Tempels, podemos considerar que os moçambicanos, em África têm um modo de ser que é diferente, com suas brincadeiras ou jogos de divertimento distintos em relação ao Ocidente. Possuem formas de pensar que divergem de outras culturas e um modelo de aplicação dos direitos que se diferencia do dos europeus. Os princípios gerais são construídos a partir do nosso ponto de vista subjetivo, e a ontologia concentra-se na vida e na força vital. Portanto, precisamos resgatar o nosso conhecimento ontológico que outros não conseguiram compreender.

De acordo com Mudimbe (2013:38), no século XX, os antropólogos consideravam a religião cristã como civilização e o paganismo como selvageria. Para Mudimbe, os colonizadores eram

irracionais enquanto não estudaram de forma profunda as culturas africanas. ⁶Ocidente não falava do bom relativamente aos africanos. Toda a sua narrativa de inexistência da história na África tinha como objetivo inferiorizar o continente e oprimir, baseando-se nas suas ideias reducionistas.

Antropologia do século XX se concentra, na discrepância entre civilização e cristianismo, põe um lado primitívissimo e paganismo, por outro, os meios de evolução ou conservação da primeira fase para segunda [...], o que propõe uma explicação ideológica para forçar os africanos a uma nova dimensão histórica. Afinal, ambos os tipos de discurso são, essencialmente, reducionista (MUDIMBE, 2013:38).

Na concepção de Mudimbe, o Ocidente inventou as suas ideias como um método de negar os outros. Foram os primeiros a introduzir o racismo e a questão de excluir a nossa história, visando um domínio mais eficaz. Não restam dúvidas de que os ocidentais roubaram conhecimento na África e atribuíram-se conceitos entre si. “*Chamados filósofos gregos, originaram-se a partir do antigo Sistema de Mistério do Norte da África*” (JAMES, 1954:211). Fica claro que o discurso de civilização ou não civilização é uma forma de dominação ou exploração da África; contudo, os africanos já eram civilizados antes da chegada dos europeus.

Segundo Diop (1987: 202), a formação das actuais etnias é relativamente recente, uma vez que a África Ocidental foi povoada através de sucessivas ondas migratórias oriundas do vale do Nilo a partir do século V a.C. Posteriormente, entende-se que a grande virada na história da humanidade deu início com a chegada do homem no hemisfério Norte. Neste sentido, nas estepes euroasiáticas se formaram os povos indo-europeus também chamados de arianos.

Mucale (2013:116) constata que a civilização não nasce na Europa, nem a religião, nem os pensamentos filosóficos. Mas sim, a civilização tem origem na África, especificamente no Egipto. Mesmo as raças humanas tiveram a sua origem no continente africano. Portanto, para os afrocentristas, a base do surgimento de todo o tipo de conhecimento, como religioso, senso comum, científico e filosófico, teve origem na África.

De acordo com Césaire (1978:15), o colonialismo não civilizou a África; tudo o que fizeram foi destruir o continente. Não houve um contacto directo entre europeus e africanos. O colonialismo se distancia da evangelização e dos direitos humanos; essa civilização ocidental não foi capaz de resolver os problemas resultantes da sua opressão: o problema proletário e

⁶Eles não falam de Africa nem dos africanos, mas antes justifica o processo de inventar e conquistar um continente designando o seu primitivismo ou desordem, bem como os meios subsequentes da sua exploradora e método para a sua regeneração.

colonial. Portanto, segundo Césaire, os ocidentais não civilizaram a África como alegavam; o colonialismo introduziu a ideia de civilização para melhor nos dominar, mas afastou-se muito da civilização, utilizando outros como objecto para transformar o mercado.

O que é no seu princípio colonialismo? Concordamos que não que ela não é, nem evangelização, nem empresa filantrópicas, nem vontade de recuar as fronteiras da ignorância, da doença, da tirania, nem propaganda de Deus, nem extensão do direito; [...]. E digo que do colonialismo à civilização a distância é infinita; que, de todas as expedições coloniais acumuladas de todos os estatutos coloniais elaborados, de todas as circulares ministeriais expedidas, é impossível resultar um só valor humano (CESAIRE, 1978:14).

Desse modo, consideremos que o colonialismo não civilizou a África, especificamente Moçambique; ele destruiu a nossa tradição, a nossa maneira de ser e a nossa lógica de resolver as coisas. Portanto, precisamos tomar consciência de recuperar os valores que o Ocidente desvaloriza. “*Primeiro, foi a exploração organizada em benefício do tráfico atlântico (século XV ao XIX); homens e mulheres comuns da África foram transformados em homens-objecto, mercadorias e moeda*” (MBEMBE, 2014:12). Os negros foram vítimas de grande massacre, enquanto eram considerados objetos e não sujeitos. Assim sendo, precisamos resgatar o nosso valor, as nossas culturas e o nosso modo de estar; isto é, recuar ao passado para construir o futuro.

Na visão de MBEMBE (2014: 273), “*a pele de colonizador não vale tanto quanto a pele de indígenas*”. Desta forma, Mbembe recupera a qualidade dos africanos e os seus valores. Mbembe constata que, nós não somos diferentes dos brancos em questões de órgãos internos, mas os africanos têm uma pele mais valiosa que a dos brancos. Nesse contexto, há necessidade de resgatar as nossas tradições de forma crítica e reflexiva para encontrarmos as nossas raízes. Porque é por meio de raízes culturais resgatadas que podemos construir uma África melhor com a nossa política e o nosso modo de ser.

Na concepção de Ngoenha (1992: 11), afirma que o homem moçambicano, antes da escrita, era um homem com a sua política e cultura. Portanto, não podemos aceitar sermos reduzidos por aqueles que não conheceram a nossa realidade ontológica e gnosiológica. A única mentira que os ocidentais conheciam era a violência brutal, a destruição dos conhecimentos alheios e a inferiorização do outro para melhor dominar. Assim, a nossa realidade ontológica e axiológica ultrapassa as dimensões ocidentais, por isso, eles não conseguem reconhecer a habilidade de viver em comunhão.

Significa que nem sequer são a fineza das línguas, o poder tecnologia, o conhecimento da escrita justifica a historicidade da humanidade. O homem era homem antes da escrita, das línguas, das máquinas, e foi precisamente porque era e tinha atrás de si uma memória individual e coletiva que pôde produziresses

elementos culturais, importantes, mas posteriores e inferiores ao homem (NGOENHA, 1992:11).

O colonialismo destruiu as nossas maneiras de ser, o sistema político que fundamenta a cultura, tentaram eliminar a língua para melhor dominar o nosso território moçambicano; infelizmente, não conseguiram eliminar na totalidade o nosso modo de ser. O moçambicano permaneceu forte com a sua cultura, pois a maioria da população, cerca de 88%, vive na periferia, praticando automaticamente a agricultura, e, com isso, depende de si para desenvolver o país.

O futuro de África depende do nosso nível de coesão e solidariedade, confiança recíproca, primeiro entre as etnias e as culturas que compõem o que hoje são chamados de estados e depois da solidariedade entre os estados de uma mesma região, enfim do continente no seu conjunto (NGOENHA, 1999:127).

Consideremos que o desenvolvimento de um país depende da qualidade e da determinação de todos. A exaltação dos valores africanos depende de nós mesmos, de como vamos inventar a nossa política com base na nossa cultura e na nossa realidade, a partir das nossas experiências. Sendo assim, Ngoenha nos alerta que devemos ser unidos na mesma vontade para construir o bem de todos os moçambicanos. Não podemos depender de outra raça; tudo deve iniciar em nós mesmos para alcançarmos um futuro melhor.

Ngoenha introduz uma perspectiva que combina política, filosofia da história, liberdade e federalismo participativo. Sua visão de uma consciência histórica como reconhecimento de si como sujeito ativo na própria história é bastante enriquecedora, pois promove uma visão de identidade cultural como um processo plural, dinâmico e construído a partir das tradições locais. Essa abordagem valoriza a autonomia e a participação democrática, aspectos essenciais para o fortalecimento de sociedades em busca de desenvolvimento e justiça social. No entanto, ainda assim, ela não aborda de forma aprofundada os obstáculos concretos enfrentados na implementação dessas ideias, como a influência de estruturas de poder, conflitos étnico-culturais ou a fragilidade institucional.

CAPÍTULO III: CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E IDENTIDADE CULTURAL MOÇAMBICANA

Este capítulo procura refletir sobre a consciência histórica e identidade cultural moçambicana. Dessa forma, reflete sobre renascimento da identidade cultural; importância da tomada de consciência histórica na promoção da intercultural tendo em conta que essa identidade cultural foi desvalorizada pelos pensamentos coloniais. E reflexão e elaboração de estratégia de governação em Moçambique.

1. Renascimento da identidade cultural moçambicana

O renascimento da cultura e identidade moçambicana é relevante, enquanto se preocupa com o renascimento das culturas, identidades, tradições e costumes. Trata-se do resultado de diversas formas de reconhecer a história moçambicana e o bem-estar ou cidadania, com a elevação de costumes e tradições, para reconstruir o futuro por meio de uma maneira inventiva de convivência. Portanto, se não construirmos e perscrutarmos o futuro, a probabilidade de passarmos vergonhas na sociedade vindoura será maior, e conseqüentemente, sofreremos grande humilhação.

Quando falamos de renascimento africano é necessário recordar as ideias de filósofos como William Edward Burghardt Du Bois, Alain Locke, James Weldon Johnson e James Mercer Langston Hughes Aimé Césaire, Thabo Mbeki e, na actualidade Mucale, entre outros, que lutaram pelo renascimento africano. Ou seja, uma história narrada e estudada, que se manifesta naqueles que compartilham os mesmos laços, com características e origens semelhantes. A África foi colonizada em quase todos os países. Assim, quando falamos de renascimento africano, não há dúvida de que também estamos falando de Moçambique.

De acordo com Mucale (2023:20), o movimento de renascimento do homem negro foi o período da literatura e da arte negra de Harlem que surgiu em Nova Iorque no século XX. O Renascimento Negro de Harlem preocupa-se com a integração do homem negro nos Estados Unidos, ou seja, exige os direitos civis como os afro-americanos, igualdade e reconhecimento da cultura do homem negro pelo homem branco. As figuras importantes que deram avanços significativos são: William Edward Burghardt Du Bois, Alain Locke, James Weldon Johnson e James Mercer Langston Hughes.

Assim, este movimento de renascimento surge no final da Primeira Guerra Mundial, onde encontramos um movimento problemático racista como a Ku Klux Klan, que defendia o retorno

dos afro-americanos ao continente africano. Mucale (2023:30) afirma: “*É na introdução da coletânea onde Alain Locke apresenta a ideia de New Negro*”, portanto, o novo negro não pode ser tímido, mas sim integrado entre negros e brancos; o novo negro deve ser muito inteligente e deve destruir o conceito de racismo, a fim de trazer uma nova ideia no renascimento do homem negro. Enquanto isso, Langston propõe a descolonização e valorização da arte do homem negro nos Estados Unidos e a reivindicação do homem negro para uma melhor convivência nos Estados Unidos, eliminando o preconceito de racismo.

Du Bois (1998:163) se preocupa com a elevação da imagem do homem negro para sair da escravidão; ou seja, exige o reconhecimento do homem africano e a sua inclusão nos Estados Unidos. Afirma que não há necessidade de separação entre brancos e negros, Du Bois sustenta ainda que a conquista dos direitos, justiça social e igualdade só é possível por meio da violência.

Eu deveria ser o último a negar evidentes fraquezas e limitações do povo negro, eu deveria ser o derradeiro a negar simpatia pelo sul brancos nos esforços por resolverem seus intrincados problemas. [...]. Já afirmem quão dolorosamente carente esteve o negro emancipado, dessa condução econômica, e me inclino a admitir que os representantes do melhor dentre a opinião pública do sul fosse os governantes e as forças de liderança, mas sim as condições indicadas seriam razoavelmente e mal implementadas (DU BOIS, 1998:163).

Mucale (2023:25) confirma que Du Bois critica Booker Washington, quando este fala da necessidade de separação entre brancos e negros. Apesar de Washington defender a reivindicação dos direitos dos afro-americanos nascidos nos Estados Unidos e a igualdade, na visão de ⁷Du Bois Washington contribuiu para o atraso do homem negro na política e na educação, tornando necessária a participação de todos na política. Isso se aplica não apenas aos Estados Unidos, mas também a todo o continente africano.

De acordo com ⁸Mudimbe (2013: 26) o homem africano, especificamente os moçambicanos, reconhecia-se como objeto no século XVIII, pois nessa época, o comércio de escravos era muito mais elevado. Os moçambicanos que viviam no norte e no sul começaram a reivindicar os seus direitos e a expulsar o colonialismo português do seu território em 1729. Deste modo, isso nos mostra a capacidade de renascimento dos moçambicanos como sujeitos, e não como objectos. Portanto, não há dúvida de que o renascimento moçambicano também criou um sistema antirracista.

⁷Ademais, a situação política do negro do sul está muito próximo da questão criminal do negro. Não pode haver dúvida de que o crime entre os negros aumentou sensivelmente nos últimos trinta anos, e que surgiu nos guetos das grandes cidades uma classe especial de criminosos entre os negros.

⁸Na costa leste, em 1729, os africanos expulsaram os portugueses das suas fortalezas na região norte de Moçambique; e no Sul, em 1770, houve a primeira guerra entre imigrantes holandeses e Bantus.

O renascimento moçambicano é um processo para resgatar as tradições a fim de responder aos desafios que se encontram neste tempo de globalização ou de capitalismo contemporâneo. Sabemos que Moçambique é um país de diversas culturas, também é considerado um país rico em recursos, porém a população é pobre. Portanto, por meio do renascimento, nós podemos criar a nossa forma de pensar e recuperar os valores perdidos. Há a necessidade de que as crianças aprendam a própria história moçambicana, pois notamos que aprendemos muito sobre a história do Ocidente, além da nossa própria história.

Para poder ser projetivo com sucesso, o renascimento Africano terá de fazer uma série de mudança. Primeiro diz respeito ao enquadramento temporal. Um renascimento deve ser suscitado mais pelo desejo de renovar o presente e melhorar o futuro do que pelo desiderato de presentificar o passado (MUCALE, 2023:160).

O renascimento da identidade cultural significa voltar ou regressar ao passado e encontrar o alcance destruído pelo colonialismo. Temos que reconstruir o futuro de forma detalhada; isto é, só podemos reconstruir a nossa identidade se nos permitirmos reconhecer o nosso território, assim como os nossos costumes e hábitos, que servirão como o avanço da realidade moçambicana.

O renascimento da identidade cultural é o reconhecimento de si próprio, olhar para a nossa resistência até a independência como referência para seguirmos. Portanto, o renascimento das culturas moçambicanas na actualidade exige um esforço maior para entender primeiro a sua própria história e, em seguida, ir além dos pensamentos reducionistas, iniciando a nossa reflexão sobre nós mesmos, a partir do nosso sistema ontológico, axiológico e gnosiológico.

Portanto, o renascimento cultural para os africanos traduz-se como o regresso destes de uma identidade e autodefinição emprestados para uma identidade e autodefinição próprias; significa que os africanos voltam a ser africanos, isto é, a tomarem a África como o espaço e a africanidade como espaço cultural, a partir do qual deve olhar para si mesmo; eles passam a ver-se, a si próprios com olhar africano, livre de padrões emprestados ou impostos (MUCALE, 2013:182).

Resgatar a identidade cultural requer estudar ou investigar os valores perdidos ao longo dos anos coloniais, em que nos preocupamos em entender a nossa convivência antes da chegada dos portugueses em 1498 e quais eram os valores positivos e negativos naquela época. Assim, há necessidade de implementar um estudo específico da nossa cultura, hábitos, convivência, etnias, linguagem, arte e política.

Actualmente, a nossa luta é focar no estudo da identidade cultural, fazendo-a renascer com muita força e cuidado, pois já reconhecemos os pontos mais fracos e fortes. Vamos partir dos

nossos pontos fortes ou positivos para organizarmos um novo ser moçambicano que será diferente dos outros, capaz de criar a sua própria política, que inclua a interculturalidade.

Sem dúvida, nossa resistência, que começou em 1917, é o renascimento do homem moçambicano, que tomou consciência da opressão. A partir da sua experiência, percebeu a sua cultura sendo transformada. Desse modo, decidiram unir as suas forças em pequenos grupos, como: UNAMI, UDENAMO e NAMU. Depois, perceberam que lutar como grupo dificultava a conquista da liberdade, e assim fundaram o movimento chamado (Frente de Libertação de Moçambique) FRELIMO em 1962. Este marco representa um avanço e demonstra o renascimento do homem moçambicano que reivindicou a sua liberdade e identidade cultural, que o Ocidente desvalorizou.

Mais, com as revoltas de 1917, constituíam a preparação dos renascimentos das primeiras culturas e política no sentido moderno do termo. [...], Com Noémia de Sousa, os problemas dos moçambicanos começam a ser cantados em forma poética. E mais, Moçambique saindo assim do seu isolamento, deixando para trás três poesias, coloniais que até então se fazia, daí pela primeira vez põe-se de uma maneira clara em sintonia com a problemática social, guiando para as reivindicações de todos os africanos e até mesmo negro (NGOENHA, 1992:39).

E assim, pouco a pouco, o fenómeno conhecido como negritude, que nasce de uma simples ideia literária, se transforma de maneira específica para compreender a realidade cultural e se torna um movimento de libertação de Moçambique e da África em geral. No entanto, o homem africano adota uma racionalidade lógica e começa a criar e resgatar os seus valores perdidos diante da escravidão, e é desta forma que a moçambicanidade promove o renascimento da sua identidade cultural.

O renascimento moçambicano para o futuro deve ser um diálogo entre nós, onde garantiremos a elevação dos valores e o reconhecimento da cultura tradicional, não para praticá-lo, mas sim para resgatar os valores positivos iluminados pelos outros. Devemos considerar que a nossa medicina tradicional precisa ser estudada e explorada; não podemos nos deter no passado, mas devemos partir dele para construir o novo Moçambique com a sua própria tecnologia. “*O futuro de Moçambique deveser aberto; deve deixar aos jovens a possibilidade de sonhar os seus próprios valores a construir as estruturas adequadas para o seu enriquecimento*” (NGOENHA, 1992:79). Portanto, o renascimento da cultura moçambicana significa deixar de confiar nos ocidentais e criar o nosso mundo de moçambicanidade, baseando-se na realidade.

Renascimento da identidade cultural moçambicana é um processo de renovação das nossas ricas manifestações culturais, repletas de segredos e valores escondidos nos compatriotas que devem

ser valorizados e orgulhar-se. Promover a cultura e reconhecê-la dentro das nossas instituições educativas são fundamentais para ajudarmos os jovens a descobrir as suas origens, a sua história e fazer com que esse reconhecimento se torne valioso para o nosso desenvolvimento.

2. A importância da tomada de consciência histórica na promoção da interculturalidade em Moçambique

A tomada de consciência histórica na intercultural é muito importante, pois o país possui diversas culturas. Há necessidade de conhecermos as nossas raízes culturais, que ajudarão a compreendermos a identidade cultural, representando assim a nossa nacionalidade moçambicana. Merecemos promover e respeitar as culturas diferentes que existem, formando um Moçambique digno e saudável através das trocas de experiências e diálogos interculturais como uma nação única e indivisível. Assim, distanciámo-nos da desculturação na terra do Índico.

De acordo com Abdalhah Precelle apud Ngoenha (2013:105), o termo intercultural surgiu na França em 1960, durante o processo de descolonização da África do Norte e da África Subsariana, gerando uma série de migrações do povo africano para a Europa. Com o aumento da população estrangeira, os europeus notaram o fluxo de diversas línguas africanas e árabes, surgindo a necessidade de pensar em como integrar as diferentes culturas em um mesmo espaço.

Assim, iniciou-se o uso do termo intercultural. A interculturalidade se inicia, pela primeira vez, antes da migração e através da assimilação de novos povos ou culturas. Portanto, a interculturalidade é importante na tomada de consciência histórica, pois se trata do reconhecimento de diferentes culturas e do respeito pelas diferenças existentes entre elas no espaço geográfico, sem discriminação de uma ou outra.

Neste sentido a intercultural tem que ser vista e considerada como um avanço moral da humanidade; aliás é assim que vê a aderida, o Ocidente depois de ter praticado a escravatura e o colonialismo durante muitos séculos, operou uma importância da viragem axiológica: primeiro, a partir dos anos 1920 com o culturalismo nos Estados Unidos e depois com o seguimento da segunda guerra mundial, que leva a Europa a condenar, pelo menos juridicamente, todas as formas de racismo e de discriminação (NGOENHA, 2013:111).

A tomada de consciência histórica tornou-se importante na interculturalidade, porque se trata de trazer de volta o diálogo entre várias culturas, ou seja, os moçambicanos devem dialogar entre si a fim de criarmos estabilidade entre as diferenças culturais. “*A interculturalidade permite o reconhecimento das diferenças culturais e faz parte da tolerância*” (NGOENHA, 2013:115). O sistema de interculturalismo significa reconhecimento e tolerância para

compreender o outro, não importando a sua origem ancestral, seja do norte, centro ou sul; todos os moçambicanos possuem o mesmo valor e direito.

No livro “Saberes Locais”, Castiano enfatiza a importância da interculturalidade na actualidade, a qual chamou de intersubjetividade. Castiano (2013:87) sustenta a importância da interculturalidade e traz a mente crítica, que ajudará a descobrir os conceitos filosóficos. A intersubjetividade, como a interculturalidade, pode ser resumida como a mente crítica da crítica e faz parte do reconhecimento dos saberes locais e das diversas culturas, onde encontramos o diálogo entre culturas, onde outro não pode ser considerado como objecto, mas sim como sujeito.

A interculturalidade deve ser considerada como a abertura de um diálogo de forma crítica, que servirá como avanço do conhecimento. Esse diálogo deve, automaticamente, se basear na crítica e na reflexão, ou seja, na interculturalidade de dupla mente crítica, que funcionará como alavanca do nosso conhecimento. ⁹O nosso conhecimento sobre culturas deve ser investigado cuidadosamente para descobrir os conceitos nas nossas próprias culturas.

A legitimação dos saberes locais/endógenos no contexto das academias verdadeiramente africanas, só poderá efectivar-se através de um diálogo entre sujeitos epistémicos, (inter-sujeitos), que está, já no interior do inerente conceito interculturalidade (CASTIANO, 2013:88).

De acordo com Mucale (2023:223), a interculturalidade¹⁰, na visão de Ngoenha e Fonet Betancourt, é um conceito que Castiano chamou de intrasubjetivação e tem três significados de forma profunda: primeiro, trata-se de um processo de integração e diálogo entre culturas, através do debate intercultural moçambicano; segundo, a tomada de consciência na interculturalidade é importante na criação dos nossos próprios valores e no reconhecimento do outro como sujeito pensante, capaz de transmitir conhecimento na epistemologia filosófica africana. Além disso, a interculturalidade é importante na medida em que envolve o diálogo

⁹10 Nas suas investigações, o nosso filósofo deve sistematizar os pontos-de-vista críticos expressos pelos sujeitos das comunidades culturais, o etnocentista ou etnofilósofo deve na elaboração do seu trabalho "citar" o texto escrito ou oral, resultado da entrevista com os sábios ou sages. O nosso filósofo devesse reduzir, e a mente é mesmo eliminar, expressões unanimistas tais como entre os “eMakwas a credita se que Deus é...”

¹⁰11 Castiano inscreve a sua alocação no referencial da intersubjetividade por si proposto, inspirado pela corrente de sagacidade de Henry Odera Oruka e pela filosofia da interculturalidade na linha de Severino Ngoenha e Fonet Betancout. A intersubjetivação significa, fundamentalmente três coisas. i) Um processo de diálogo, interação ou debate entre sujeito de conhecimento e de cultura; ii) Criação de valor, atitudes e metodologias que conduzam ao reconhecimento do outro como interlocutor válido, incluindo no espaço universitário; iii) uma área epistemológica no seio da filosofia africana e mundial.

pela justiça, liberdade, direitos e reconhecimento dos moçambicanos, por meio da invenção cultural dos saberes locais.

Na visão de Ngoenha (1992:57), o comunismo, o capitalismo e o liberalismo económico não são formas de democracia partidária e, muito menos, o melhor sistema a ser seguido. Assim, a tomada de consciência histórica na interculturalidade é o processo de resgatar os nossos valores e há necessidade de unirmos do Rovuma ao Maputo para produzirmos o que é nosso através da realidade cultural.

A nossa história não acabou; podemos partir dos nossos conhecimentos para construirmos o futuro de amanhã. Devemos criar um diálogo de forma crítica para encontrarmos o nosso ser moçambicano a partir de nós. Possuímos a capacidade de desenvolvermos sem dependermos de ajuda externa, como a do Banco Mundial. Moçambique tem tudo para dar certo, então a nossa consciência dir-nos-á que a história ainda não terminou. Ainda devemos dar espaço para o futuro, olhando e criando o nosso amanhã.

O senhor Fukuyama dizia que a história tinha chegado ao seu término. Não, senhor Fukuyama, a história não acabou. Início ou fim da história não depende de Fukuyama, mais de nós. Se nos contentarmos em ser simples objectos da história, a história terá acabado mesmo antes de começar. Se tivermos bastante coragem para assumirmos a nossa própria dimensão histórica, será o fim da nossa história como objectos, e início como sujeitos (NGOENHA, 1992:152).

O dever só pode ser realizado através da tomada de consciência histórica; isso dependerá da nossa maturidade em relação ao interculturalismo e à consciência sobre a nossa moçambicanidade e a nossa diversidade cultural no território moçambicano. Vamos promover o diálogo intercultural; ou seja, vamos abrir as portas na educação e no ensino superior para a elevação das diversidades culturais, a fim de fomentar o diálogo e o reconhecimento das nossas próprias culturas.

3. Reflexão e elaboração de estratégias de governança em Moçambique

Falar da política em Moçambique não é algo novo a ser tratado no território moçambicano; o que nos importa é como o nosso autor a analisa detalhadamente para encontrar o melhor político, ou seja, a melhor forma de governar. Ngoenha entende que a cultura não significa apenas um conjunto de valores e tradições, mas pode ser entendida como o campo vivo da resistência interna e externa na construção da identidade nacional moçambicana.

Ngoenha (1992:99) constata a importância da cultura e da política como processos fundamentais para o reconhecimento e a elevação das culturas locais ou saberes locais. Sendo

assim, a cultura torna-se a chave para a resistência contra a marginalização. Não resta dúvida de que o nosso sistema de governação não consegue responder às demandas da população. Portanto, Ngoenha propõe um sistema federal como a melhor forma de governação que vai integrar todos os moçambicanos, partindo das nossas diversidades culturais, promovendo, assim, respeito, tolerância, justiça e emancipação social.

Na visão de Ngoenha, alerta-nos que não há sociedade sem costumes nem cultura. Portanto, há uma necessidade de elevar as culturas na dimensão humana e moral. Elevar os costumes, em outras palavras, significa reconhecer a própria base da cultura e dos costumes moçambicanos de forma heterogénea. Isto só pode ser realizado com a implementação do Estado Federal.

O que distingue o federalismo das outras formas de organização político-social é a participação. Deste modo, o federalismo opõe-se ao colonialismo, ao imperialismo e ao jacobinismo. O federalismo estimula mais do que impõe. O federalismo é uma nação tão rica de conteúdo, sendo difícil colocá-la, salvo de uma maneira deliberada, numa disciplina jurídica determinada (NGOENHA, 1992:91).

Segundo Ngoenha, sustenta-se que é necessário implementar o Estado Federal na democracia moçambicana para garantir a participação dos moçambicanos; isto só pode ser realizado através do Estado Federal, pois o regime do federalismo tem a capacidade de executar os planos e projetos que surgirão da comunidade, do posto administrativo, do distrito e da província. *“Só o federalismo pode permitir que a democracia que estamos a construir não seja um jogo de minorias”* (NGOENHA, 1992:100). Ou seja, o Estado Federal permite uma melhor separação dos três poderes: executivo, legislativo e judicial.

De acordo com Mucale (2023:230), no processo de procurar uma melhor forma de governar, Ngoenha propõe o federalismo intranacional. Isto é, a descentralização do poder moçambicano, que fará com que os distritos sejam reconhecidos e ajam em favor do desenvolvimento local, incluindo os postos administrativos, as aldeias e as províncias em geral. É importante enfatizar a necessidade de superar o tribalismo e o regionalismo, por exemplo, quando falamos de “macondenização” e “xingondo”.

Precisamos superar essas ideias para desenvolver melhor o país. Destacam-se confusões nas empresas, principalmente no norte do país, onde os nativos se sentiam discriminados (*tribalismo*). Duas dessas empresas são a AFUGI, uma das empresas petrolíferas, e a *Ruby Mining*, empresa de mineração de ouro de Montepuez, que destacam o racismo e o tribalismo. Esta não é a sociedade que queremos construir.

A federalização minimalista é fundamenta a nível nacional, todavia o seu valor só se torna completo se ela servir de protótipo para um federalismo mais amplo. Quer dizer, ela pode servir de uma primeira etapa, devendo-se seguir para outras duas. Uma segunda etapa seria, por exemplo, regional. [...]. Como Estado federados cuidaria de setores como a cultura, a economia, apolítica, a comunicação, e a educação. Esta federalização moderada ampliaria a aprendizagem democrática federativa iniciada nos espaços nacionais e prefigurareis a derradeira fase da federalização do continente (MUCALE, 2023:231).

Democracia não pode ser feita por meio de conceitos elaborados de forma abstrata; ao contrário, a democracia deve ser construída por meio da diversidade cultural. Assim, representa e responde às demandas do povo, sendo necessário implementar a democracia participativa mediante três contratos: o contrato cultural, o contrato social e o contrato político.

Primeiro, contrato cultural Ngoenha (2004:159) defende que a democracia moçambicana deve ser expandida de forma axiológica e institucional, basea da na questão de justiça, igualdade e direitos para todos. Isso implica reconhecer a diversidade cultural, que fundamenta a dignidade do homem, o respeito e a igualdade entre os moçambicanos.

Pousar todos os nossos projectos políticos (construção da democracia e instauração duradoura da Paz) e económicos sobre as nossas culturas, sobre a nossa terra e sobre os moçambicanos não querem, dizerem renunciarem e entrar no que se chama o mundo moderno, mas tomar consciência de que nós somos moçambicanos, não japoneses, franceses ou suecos (NGOENHA, 2004:169).

No contrato cultural, seremos capazes de compreender melhor o pluralismo cultural jurídico; desse modo, há necessidade de reconhecer as diversidades culturais e jurídicas. Sabemos que, na maioria das vezes, os problemas são resolvidos atropelando as leis escritas, mas conseguem resolver as questões da comunidade. Portanto, devemos criar as nossas próprias ideias jurídicas a partir do nosso sistema multicultural. A nossa diversidade cultural não impede a criação de noções moçambicanas; assim, a democracia institucional deve ser conectada por meio do diálogo e da reconciliação.

Quanto ao contrato social, conforme enfatiza Ngoenha (2004:187), este contrato propõe a introdução de um sistema jurídico justo e de qualidade. No nosso território moçambicano, o sistema de justiça que representa a nossa realidade cultural. Precisamos restaurar um sistema de justiça fundamentado na diversidade cultural, que nos proporcione liberdade e igualdade, ou seja, onde haja uma distribuição de riqueza e responsabilidade.

No contrato político, Ngoenha (2004:212) traz a ideia de participação da sociedade no debate político, promovendo o diálogo e o respeito entre as diferentes culturas. A nossa programação

política deve ser baseada no conhecimento ilustrativo; não podemos depender de ajuda externa, mas sim fazer a nossa economia crescer, considerando opiniões sem importar a diversidade, seja de origem política, cultural ou religiosa. Além disso, não devemos ver a oposição como inimiga, mas como parte do processo de diálogo com os outros. Devemos adaptar um estado federal onde todos possam participar.

Portanto, a democracia inicia na sociedade, nas comunidades, nas células e nas famílias, culminando num bom convívio, tendo em vista as diferentes formas de origem do bem-estar que fundamentam assim a verdadeira democracia, a qual culmina na criação de uma Nação. Por isso, democracia não significa apenas votar, mas sim participar da sociedade democrática, ligada especificamente ao estado federalista. A democracia participativa requer a integração dos indivíduos na política, iluminados pela cultura e pela região. Democracias requerem qualidade humana dos indivíduos.

Nenhum indivíduo nasce democrático. Nenhuma universidade dá diplomas de democracias, ou forma indivíduos em democracias, só a comunidade, o concreto, e com a participação ensinam participar. Do mesmo modo, ninguém foi concebido no seio materno como dirigente, ministro ou presidente. [...], Os líderes devem, serem membros de uma comunidade, devem aprender a respeitar e amar e a serem amados, eles devem aprender a democracia na participação. Eis porque quererem, serem democrático enquanto não são realistas (NGOENHA, 1992:105).

Na concepção de Ngoenha, Moçambique só pode ser um estado federalista para responder às demandas do povo moçambicano, pois o estado federal exige a participação do cidadão, desde o distrito até a província. Não há dúvida de que o sistema de democracia e federalismo, no que tange à abordagem filosófica, é estranho. *“É verdade que a democracia e o federalismo são dois elementos-chave e pouco confusos na filosofia, quanto ao sistema de valores tradicionais”* (NGOENHA, 1992:115). O que nos importa é a maneira como se apresentam na comunidade; portanto, devemos assumir o que é nosso, isto é, tolerando a desigualdade cultural, a diversidade e criando formas de conhecimento viável através das nossas culturas.

CONCLUSÃO

A monografia tem como título “ *Consciência histórica enquanto fundamento para o resgate da identidade cultural moçambicana em Severino Elias Ngoenha*”. A reflexão sobre a consciência histórica é fundamental para o resgate da identidade cultural e para a compreensão da complexidade cultural, política e social dos moçambicanos.

A necessidade de resgatar a identidade cultural moçambicana surge a partir de facto de que, durante o período do colonialismo português que dominou a cultura de Moçambique (1498-1975), as culturas moçambicanas foram desprezadas e forçadas a aderir à cultura ocidental. As raízes culturais foram obrigadas a se assimilar à cultura ocidental, e na actualidade quando renegamos a nossa realidade ou quando não conhecemos os nossos valores, hábitos e costumes.

A cultura moçambicana foi marginalizada, e os moçambicanos eram vistos como inferiores, devendo apenas obedecer. Assim, os moçambicanos reconheceram-se humilhados pelo Ocidente, levando à fundação de três movimentos para reivindicar os seus direitos; a união desses movimentos fundou a FRELIMO, em 1962, como uma forma de reivindicar a liberdade. A luta pela independência nacional foi uma forma de resgatar as raízes perdidas após mais de 477 anos de dominação colonial.

O resgate da identidade cultural moçambicana é crucial, ou seja, é uma resposta para recuperar a nossa integridade neste tempo de globalização, onde a moda global e o capitalismo ameaçam cada vez mais as tradições, levando à perda das culturas. Portanto, deve-se reconhecer as diversas culturas existentes, e o resgate da identidade cultural deve fortalecer as raízes culturais por meio do autoconhecimento da diversidade.

Para alcançar resultados no resgate da identidade cultural, é necessário ter consciência histórica do passado e da actualidade, investigar de modo detalhado para identificar as raízes perdidas da língua, dos costumes, da etnia e dos hábitos. A promoção de eventos culturais, feiras, registos históricos e museus é fundamental; também precisa-se da participação de todos os moçambicanos. Isso só deve ser possível possibilitando o diálogo, reconhecimento da diversidade cultural, a interculturalidade da instituição, responsabilidade e a tolerância.

Consciência histórica desempenha um papel importante no resgate da identidade cultural moçambicana, legitimando a necessidade de pensar de modo crítico e reflexivo sobre o passado, permitindo a construção de um futuro melhor. A nossa identidade moçambicana é aquela que herdámos por meio da nossa luta pela independência, paciência e coragem, por isso, para

construir um Moçambique melhor, com justiça e liberdade, dependerá da consciencialização histórica dos moçambicanos e da elevação da identidade cultural moçambicana.

O renascimento da identidade cultural possibilita o diálogo intercultural. Com isso, a consciência histórica é um princípio fundamental para o resgate de tradições e para descobrir os pontos fracos e positivos, a fim de melhor construir o futuro moçambicano por meio da nossa realidade aprendida diante das experiências vividas, onde podemos promover o respeito e reconhecer a diversidade cultural, garantindo um futuro melhor. Além disso, o renascimento contribui para o reconhecimento da interculturalidade, fornecendo pilares para o enriquecimento da identidade cultural.

A intercultural na tomada de consciência histórica é crucial para a elevação dos valores da identidade cultural, digna de proporcionar atendimento à diversidade cultural de modo reflexivo e crítico para a construção de uma moçambicanidade justa e igualitária na formação do projeto, através da nossa realidade, tradição, costume e cultura. Isto é, precisa-se da nossa união para a construção de uma sociedade justa que seja capaz de pensar na colectividade e na reflexão crítica para o desenvolvimento de um Estado coeso e informado sobre o território moçambicano.

A crise de consciência histórica, identificada neste trabalho, não é apenas uma consequência do passado colonial, mas também do presente, em que os modelos de desenvolvimento e pensamento continuam a ser importados, desconsiderando as realidades e tradições locais. Esta crise resulta, entre outros fatores, da marginalização dos saberes endógenos, da imposição de narrativas universais e da alienação cultural que afasta os moçambicanos da sua própria historicidade.

Reforçar a ideia de que a cultura é dinâmica, mas mesmo assim precisamos promover o reconhecimento da diversidade cultural e preservar os conhecimentos culturais. Dessa forma, a consciência histórica pode ser entendida como ferramenta que garante a resistência e os conhecimentos da identidade cultural, evitando o seu desaparecimento devido às mudanças que enfrentamos nesta época de pós-modernidade.

Da mesma forma, precisamos que o Estado inclua a democratização nas instituições, ou seja, a lei moçambicana deve ser elaborada com base no nosso conhecimento, criando reformas públicas e novas formas de pensar sobre a política de modo participativo, e não representativo, onde aqueles que nos representam não conseguem dialogar com a população. Por último, a

consciência histórica desempenha um papel fundamental para o resgate da identidade cultural na sociedade moçambicana, permitindo construir um futuro melhor pelos moçambicanos.

É necessária a educação e o conhecimento real da história, onde a consciência histórica deve estar incluída nos currículos escolares e universitários que abordam a nossa realidade cultural e a história moçambicana, ajudando os jovens actuais a compreender as raízes culturais e a sua importância. Também precisa-se elevar as línguas, resgatar práticas culturais e tradições para fortalecer a moralidade e a sentimentalidade dos moçambicanos em relação ao futuro.

BIBLIOGRAFIA

Obra do autor

NGOENHA, Severino Elias (2013). *Intercultura, Alternativa à governação biopolítica?* Maputo: ISDED.

_____. (2011). *Pensamento engajado, ensaio sobre África na educação e cultura política.* Maputo: Universidade pedagógica

_____. (2004). *Os tempos de filosofia: Filosofia e democracia em Moçambique.* Maputo: imprensa Universitária.

_____. (1999). *O retorno do bom selvagem: uma perspectiva filosófica-africana do problema ecológico.* Porto: Salesiana.

_____. (1993). *Filosofia africana: das independências às liberdades.* Maputo: Moçambique.

_____. (1992). *Vico e Voltaire: duas interpretações filosóficas do século XVII.* Porto: Edições Salesianas

_____. (1992). *Por uma dimensão Moçambicana da consciência histórica.* Porto: Salesianas.

Obras complementar

ABBAGNANO, Nicola. (2007). *Dicionário de filosofia.* Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fonte.

BAUDRILLARD, Jean. (1981). *Simulacros e simulação.* Trad. Maria João da Costa Pereira. Lisboa. [s.n].

BLAUNDE, José (2018). *A Filosofia do conhecimento científico de Gaston Bachelard: uma urgência para epistemologia africana?* Imprensa Universitaria.

BUANAÍSSA, F. Eduardo; PAREDES, Menezes de Marçal. (2018) *Severino Ngoenha: Política e liberdade no Moçambique contemporâneo.* Porto alegre [s.n].

CÉSAIRE, Aimé. (1978). *Discurso sobre o colonialismo.* Trad. Noémia de Sousa: Lisboa.

COLLINGWOOD, A. (1989). *A ideia da história.* Trad. Alberto Freire: Lisboa presença. [s.n].

- CASTIANO, P. José. (2013). *Os saberes locais na academia: condições e possibilidades da sua legitimação*.
- DU BOIS, Edward Burghardt William. (1998). *As almas de gente negra*. 7.ed. Trad. José Pereira da Costa: Rio de Janeiro. Lacerda
- DIOP, Anta Cheikh. (2014). *A unidade cultural da africa negra: Esfera do Patriarcado e do Matriarcado na antiguidade clássica*. 2.ed., Trad. Silva Cunha Neto: Luanda Angola.
- _____. (1987). *África Preta pré-colonial*. Trad. Harold Selemson. [s.l]: Company.
- GADAMER, Hans-George. (1999). *O problema da consciência histórica*. Trad Paulo César Duque Estrada. Rio de Janeiro. [s.n].
- HALL, Stuart. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11.ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guarecira Lopes Louro.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. (2004). *A razão na história*. 2.ed. Trad Robert S. Hortman: São Paulo
- HAHN. Alexandre. (2010). *Das diferentes raças humanas Immanuel Kant*. [s.l; s.n].
- JAMES, M. G. George. (1954). *Legado roubado, filosofia grega é filosofia egípcia roubada*. [s.l; s.n].
- JAPIASSÚ, Hilton. MARCONDES, Danilo. (2001). *Dicionário básico de Filosofia*. 3.ed. Rio de Janeiro. Tupykurumin.
- LOPES, F. (2018). *Filodramática: Os PALOP, entre a a filosofia e a crise de consciencia Consciência*. Maputo: Paulinas.
- MUDIMBE, Y.V. (2013). *A invenção de África, Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Trad. Ana Medeiros: luanda, Angola: Pedago.
- MBEMBE, Achille, (2014). *Crítica da razão negra*. 2.ed., Trad. Marta Langa. Portugal:
- MORFOUX, Marie Luis. LEFRANC, Jean. (2005). *O novo dicionário da filosofia e das ciências humanas*. 2.ed. Liaboa.
- MUCALE, Pedro Ergimino. (2013) *Afrocentricidade complexidade e liberdade*. Maputo: Paulinas.

_____. (2023), *Renascimento africano: retrospectivas e perspectivas*. Maputo: Paulinas.

.

MANUEL, Cipriano Luis. (2020). Severino Ngoenha: *um filósofo nacionalista ou um resgatador da historiar africana diante do Ocidente*. [s.l; s.n].

SEN, Amartya. (2015). *Identidade e violência: a ilusão do destino*. Trd. José António Arantes. São Paulo. [s.n].

SANTO, Sousa de Boaventura. (1994). *Modernidade, identidade e a cultura de fronteira*. São Paulo. [s,ed].

SERRA, C. et al. (1998), *Identidade, Moçambicanidade, Moçambicanização*. Maputo: imprensa universitária.